



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 17 QUARTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2014



BRASÍLIA - DF

## COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

<p><b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p><b>1º Secretário</b> Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p><b>2º Secretária</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)</p> <p><b>3º Secretário</b> Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p><b>4º Secretário</b> Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)</p>	
<p><b><u>Mesa do Senado Federal</u></b></p> <p><b>Presidente</b> Renan Calheiros (PMDB/AL)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Jorge Viana (PT/AC)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Romero Jucá (PMDB/RR)</p> <p><b>1º Secretário</b> Flexa Ribeiro (PSDB/PA)</p> <p><b>2ª Secretária</b> Angela Portela (PT/RR)</p> <p><b>3º Secretário</b> Ciro Nogueira (PP/PI)</p> <p><b>4º Secretário</b> João Vicente Claudino (PTB/PI)</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p><b>1º -</b> Magno Malta (PR/ES)</p> <p><b>2º -</b> Jayme Campos (DEM/MT)</p> <p><b>3º -</b> João Durval (PDT/BA)</p> <p><b>4º -</b> Casildo Maldaner (PMDB/SC)</p>	<p><b><u>Mesa da Câmara dos Deputados</u></b></p> <p><b>Presidente</b> Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Arlindo Chinaglia (PT/SP)</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Fábio Faria (PSD/RN)</p> <p><b>1º Secretário</b> Marcio Bittar (PSDB/AC)</p> <p><b>2º Secretário</b> Simão Sessim (PP/RJ)</p> <p><b>3º Secretário</b> Maurício Quintella Lessa (PR/AL)</p> <p><b>4º Secretário</b> Biffi (PT/MS)</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b></p> <p><b>1º -</b> Gonzaga Patriota (PSB/PE)</p> <p><b>2º -</b> Wolney Queiroz (PDT/PE)</p> <p><b>3º -</b> Vitor Penido (DEM/MG)</p> <p><b>4º -</b> Takayama (PSC/PR)</p>

EXPEDIENTE	
<p><b>Antônio Helder Medeiros Rebouças</b> Diretor Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

# CONGRESSO NACIONAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATA DA 19ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 3 DE JUNHO DE 2014 .....</b>	<b>004</b>
1.1 – ABERTURA.....	004
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas.....	004
<b>1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro</b>	
<b>1.2.2 – Fala da Presidência</b> (Senadora Angela Portela).....	004
<b>1.2.3 – Obliteração de selo comemorativo</b>	
<b>1.2.4 – Oradores</b>	
Deputada Luci Choinacki.....	006
Senadora Ana Amélia.....	007
Deputado Padre João.....	009
Senadora Gleisi Hoffmann.....	010
Deputado Daniel Almeida.....	012
Deputado Assis Carvalho.....	013
Senador Wellington Dias.....	014
Deputado Anselmo de Jesus.....	016
Deputado Assis do Couto.....	017
Sr. Miguel Rossetto, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.....	018
Senadora Vanessa Grazziotin (art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum).....	021
Srª Alessandra da Costa Lunas, Secretária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura .....	023
Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente da Embrapa.....	025
1.3 – ENCERRAMENTO.....	026
<b><u>CONGRESSO NACIONAL</u></b>	
<b>2 – COMISSÕES MISTAS</b>	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	027
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	033
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	037
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	038
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	039
CMCLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	040
Comissões Mistas Especiais.....	041
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 2/2014-CN .....	045
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 3/2014-CN .....	047
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 4/2014-CN .....	047
<b>3 – CONSELHOS E ÓRGÃO</b>	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	048
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	049
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011).....	053

---

## Ata da 19ª Sessão Conjunta, Solene, em 3 de junho de 2014

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª. Angela Portela*

*(Inicia-se a sessão às 12 horas e 15 minutos e encerra-se às 14 horas e 34 minutos no Plenário do Senado Federal.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Compõem a Mesa com esta Presidência, signatários da presente sessão pela Câmara dos Deputados, a Exma. Sra. Deputada Federal Luci Choinacki e o Exmo. Sr. Deputado Federal Padre João.

Convido para compor a Mesa nesta sessão solene o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Exmo. Sr. Miguel Rossetto; o Coordenador Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, Sr. Jorge Chediek; o Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Sr. Maurício Antônio Lopes; e a Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Sra. Alessandra da Costa Lunas.

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

*(Procede-se à execução do Hino Nacional.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Sr. Ministro Miguel Rossetto, Sra. Deputada Luci Choinacki, demais membros da Mesa, demais participantes desta sessão solene, cumprimento a todos.

O Brasil está mudando, e essas mudanças são sentidas não apenas nas cidades brasileiras, mas também no campo. As mudanças que estamos a testemunhar no Brasil também são reconhecidas fora do nosso País.

Estamos hoje aqui, nesta solenidade, para comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014. Este ano foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 2011 como forma de reconhecimento à contribuição que a agricultura familiar tem dado para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza.

Ao instituir 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, quer a ONU dar centralidade a esse segmento da produção entre as políticas agrícolas, ambientais e sociais de outras agendas nacionais.

Com esse reconhecimento, a ONU está dando mais visibilidade ao importante papel que a agricultura familiar desempenha na erradicação da fome e da pobreza, promovendo, dessa forma, a segurança alimentar e nutricional no mundo e no Brasil.

Além de estar vinculada à segurança alimentar, a agricultura familiar vem preservando os alimentos tradicionais, promovendo a proteção da agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais e, ainda, impulsionando as economias locais e a promoção do bem-estar social das comunidades.

Destaco, nesta oportunidade, entre as diversas linhas de crédito do PRONAF, que se destinam a financiar áreas importantes para a economia do campo, o PRONAF Mulher. Esta linha de crédito, que visa o investimento em atividades de interesse da mulher agricultora, como agropecuária, turismo rural, artesanato e outras, vem sendo responsável pela autonomia financeira das mulheres agricultoras.

Estes resultados protagonizados pela agricultura familiar, embora muito positivos e reconhecidos, representam pouco, é verdade, diante dos desafios que nosso País ainda enfrenta no campo.

O binômio alimentar o mundo e cuidar do planeta tornou-se ação inadiável para os governos de países em desenvolvimento comprometidos com a erradicação da fome.

Existem no mundo, atualmente, mais de 500 milhões de propriedades agrícolas familiares, ou seja, que são conduzidas por uma família. Neste universo de produção familiar temos agricultores de pequena e média escalas, assim como pescadores, coletores, pequenos pecuaristas, comunidades tradicionais locais e povos indígenas.



Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), na América Latina e no Caribe, a agricultura familiar abrange mais de 16 milhões de propriedades agrícolas e 60 milhões de pessoas. São números resultantes do trabalho de governos que, comprometidos com o fim da fome, estabeleceram a agricultura familiar como uma das três prioridades regionais do plano de trabalho dessa organização.

O Governo brasileiro está nesta luta e já mostra excelentes resultados. Segundo relatório da FAO, entre 1992 e 2013, o número de brasileiros que passam fome apresentou uma queda de 40%, ou seja, caiu de 22,8 milhões para 13,6 milhões. Não há como comemorar o fato de termos, ainda, 13,6 milhões de pessoas passando fome, mas é importante ressaltar o fato de 9,2 milhões de cidadãos e cidadãs terem saído dessa situação de vulnerabilidade social e de humilhação. Por isso mesmo, faz todo o sentido o investimento que o Governo brasileiro vem fazendo na agricultura familiar.

Parabéns, Presidenta Dilma, por ter destinado R\$ 24,1 bilhões para a agricultura familiar no Plano Safra 2014/2015! Sabemos que, desse total, R\$ 12 bilhões são reservados para a compra de adubos, sementes, combustível, máquinas e equipamentos agrícolas.

É fato que o Governo Federal vem contribuindo para a modernização de pequenas propriedades rurais. Conforme dados oficiais, com auxílio do Programa Mais Alimentos, os agricultores familiares compraram, nas últimas seis safras, 75 mil tratores, 47 mil veículos de transporte de carga e 1.400 colheitadeiras, tudo com recursos federais.

Além de melhorar a produção no campo, os equipamentos, produzidos no Brasil, também proporcionaram outro benefício: geraram milhares de empregos nas cidades brasileiras.

A contrapartida desse investimento está em dados do MDA, que mostram que os mais de 4 milhões de estabelecimentos familiares rurais existentes hoje no Brasil são responsáveis por 33% do Produto Interno Bruto da agropecuária e por mais de 74% da mão de obra empregada no campo.

E pensar que somos hoje uma população mais urbana que rural! Segundo o IBGE, a população rural corresponde a cerca de apenas 19% da população brasileira, ou seja, cerca de 35 milhões de pessoas fazem algum tipo de atividade agrária.

Mas grande parte do que se produz hoje no País vem da agricultura familiar, setor constituído de pequenos e médios produtores. O meu Estado, Roraima, que hoje tem algo em torno de 490 mil habitantes, conta com uma população rural constituída de 86 mil pessoas, o que corresponde a 21% da população roraimense.

Conforme dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima – FETAG-RR, esta pequena parcela da nossa população é, no entanto, responsável pela produção de quase 100% do que consome o nosso Estado.

De acordo com o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, nosso País já é um modelo de produção a ser seguido no mundo. Somos, portanto, referência em estratégia de combate à fome, o que muito nos orgulha.

Parabéns à Presidenta Dilma pelo modo como está comandando nosso País, com competência e compromisso com o fim da fome! E mais: considerando a nossa imensa diversidade cultural, nossas vocações regionais e nossas competências locais, além de ter dado continuidade aos programas sociais implantados pelo ex-Presidente Lula, a Presidenta tem adotado políticas e programas de Governo voltados para a solução de grandes problemas que ainda temos na área social, mas que já mudaram em muito a realidade que tínhamos anteriormente.

Os números que passamos a conhecer somente na área da agricultura familiar são uma comprovação das mudanças e do compromisso do Governo Federal com o fim da fome, da pobreza e das desigualdades que ainda existem em nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Ato de lançamento de selo comemorativo.

Passamos, neste momento, ao lançamento de Selo Comemorativo, Emissão Especial: 2014 Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Trata-se de dois selos que formam uma única arte que focaliza agricultores em jornada de trabalho destinada à produção alimentícia.

Para conduzir o ato, convido, neste momento, a Sra. Morgana Cristina Santos, Vice-Presidente de Negócios e representante do Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Convido, também, a Deputada Luci Choinacki para fazermos a obliteração do selo. *(Pausa.)*

*(Procede-se à obliteração do selo. Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo /PT-RR) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina, requerente desta homenagem na Câmara dos Deputados.

**A SRª LUCI CHOINACKI** (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente desta sessão do Congresso, minha amiga de muitos anos, Senadora Angela Portela, em muitas batalhas estivemos juntas e fico muito feliz por V.Exa. estar neste momento tão especial da vida do País coordenando uma solenidade como esta.

Ao cumprimentar V.Exa., quero cumprimentar o Padre João, que também foi requerente desta sessão especial em homenagem ao Ano Internacional da Agricultura Familiar Indígena e Camponesa. Cumprimento, ainda, o nosso querido Ministro Miguel Rossetto, que representa a agricultura familiar.

Devo lembrar que foi reconhecida a agricultura familiar – e a ela dada uma estrutura institucional – pelo nosso ex-Presidente Lula, pois até ali a agricultura familiar não existia e não havia respeito a uma instituição política no órgão federal. A partir disso, a agricultura começa a ganhar o seu espaço, a sua visibilidade.

Cumprimento o Sr. Alan Jorge Bojanic, representante das Nações Unidas no Brasil, do programa de onde surgiu a ideia do Ano Internacional da Agricultura Familiar, não nos esquecendo do nosso querido José Graziano, que, apesar de não estar presente, já falou para todos nós por meio da mensagem que ouvimos há pouco.

Agradeço a presença da EMBRAPA e cumprimento o Presidente Maurício Antônio Lopes – muito obrigada por estar presente.

Cumprimento todas as lideranças dos movimentos sociais que estão participando desta sessão, as quais inclusive estão fazendo parte da Mesa: a Alessandra Costa, da Confederação Nacional da Agricultura Familiar; a representante do Movimento de Mulheres Camponesas – também convidada a estar aqui presente; o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Alexandre, enfim, cumprimento todas as entidades.

Hoje é um dia especial e, por isso, todos os protocolos foram modificados. Eu aqui também vou quebrar o protocolo, porque tenho aqui um monte de coisa para falar, mas vou deixar passar esta oportunidade, até porque todos aqui vão falar em números, e os números vão dizendo a nossa história.

Mas faço questão de lembrar que é a primeira vez, talvez, nesta Casa, que se tem uma forma diferente de conduzir o processo, para termos as lideranças dos movimentos sociais na Mesa, assim como os representantes da EMBRAPA e das Nações Unidas, que compõem essa força real mobilizadora da agricultura familiar do Brasil.

Falar em agricultura familiar hoje é o mesmo que falar em 70% dos empregos no campo, de alimentos na mesa, da preservação ambiental e da vida do povo brasileiro e da comida na mesa de quem não planta, mas precisa comer – graças as Deus!

Temos que valorizar as mãos de quem planta – e sempre de quem planta. E não é por acaso que me deu um gelo na espinha, de emoção, ao olhar a composição desta Mesa.

Quero dizer, ainda, que – não sei o porquê, mas deve haver alguma explicação para este momento da história – temos uma mulher na Presidência da República, depois de termos um operário, por duas vezes, que reconheceu a agricultura familiar. E ambos colocaram a agricultura familiar em destaque no Brasil.

Todos estão sendo respeitados e valorizados, mas a agricultura familiar está sendo respeitada, assim como a reforma agrária e todas as forças sociais do Brasil. E o Governo vai colocar mais de 24 bilhões para agricultura familiar.

A Presidente Dilma, no programa *Café com a Presidenta*, disse que, a partir de 2015, nós vamos garantir renda para todos os agricultores familiares. Isso é reconhecer que agricultura familiar não pode ficar à mercê do mercado, mas sim de políticas públicas, Miguel Rossetto. Isso é um avanço. É a história que nós a vida inteira discutimos para a agricultura familiar.

Quero compartilhar com todos a emoção que tive ao lançar esse selo nos nossos Correios. São 300 anos de Correios no Brasil, 170 anos de lançamento de selos, e é a primeira vez na história do Brasil que se coloca a agricultura familiar num selo dos Correios do nosso País. (*Palmas.*) Isso é inédito no nosso País e mostra que um Governo que valoriza a agricultura familiar deixará para sempre a sua marca.

Graças a Deus, nós conseguimos conquistar isso! Vocês não têm ideia do que significa isso para aquela mulher do campo que se olhava com medo, com vergonha de dizer que era agricultora. Eu fazia isso: tinha vergonha de dizer que era agricultura ou dizia com medo, porque eu tinha que ser a última da fila, porque eu era mulher e agricultora.

Aquele jovem que incentivamos para trabalhar na roça, que muitas vezes lá não fica porque tem vergonha da forma como é tratado, eu digo: meu jovem querido, você pode ficar na roça, porque agora temos um Governo que valoriza a sua atividade. Você é respeitado e valorizado, porque sem a produção de alimentos ninguém vive na cidade. E todos precisam dessa energia amorosa com que trabalhamos.

Quero dizer que este é um momento especial que estamos vivendo. E hoje temos a EMBRAPA conosco. A EMBRAPA era sempre vista, pela agricultura familiar e pela reforma agrária, como uma empresa distante, muito distante. Com a mudança de Governo, a EMBRAPA transformou-se em nossa aliada, nossa parceira.

Vocês não têm ideia da importância de fazermos pesquisas, de valorizarmos a agricultura familiar, em especial pesquisas para a agroecologia, para que um dia o povo brasileiro – inclusive os mais pobres, que hoje estão saindo da pobreza, graças a Deus! – possa escolher e dizer se quer ou não comer alimentos com ou sem veneno. Esperamos um dia chegar neste País com uma agricultura familiar abundante, aproveitando as águas e as terras férteis que temos. E assim poderemos ter uma produção que energize o ser humano, que dá força e vitalidade. O alimento nos dá energia, potencializa a economia do País e livra as pessoas de doenças, reduzindo a necessidade de hospitais e médicos. Para isso, a gente tem que cuidar do que é mais sagrado: o ser humano. E o ser humano não vive sem a terra, sem a comida e sem a água – ainda bem, senão já teria destruído tudo. Nós temos tudo o que precisamos na terra. A terra é a mãe generosa e amorosa com os seus filhos e filhas e nos dá o que nela semearmos. Se tivermos cuidado e amor, a terra nos dará uma grande produção e, em abundância, alimentos saudáveis, água saudável e potável, para não nos preocuparmos com o que estamos bebendo.

Então, quero dizer que este momento, para nós, é de comemoração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. E é um fato muito importante para o País, principalmente no momento em que estamos vivendo.

Ao falar da agricultura familiar nunca podemos deixar de falar das mulheres. Por isso eu estava lembrando que a Presidenta é uma mulher e quem está presidindo esta sessão do Congresso Nacional é também uma mulher. Enfim, estamos reunindo várias mulheres aqui também, porque as guardiãs da semente da vida sempre foram as mulheres, não porque pedimos, mas porque a situação do mundo nos reservou esse papel. Os homens iam para a caça, e as mulheres começaram a guardar e multiplicar as sementes, descobrindo que a agricultura era possível. Hoje, as mulheres continuam guardando as sementes. Eu conheço experiências de recuperação de sementes perdidas, aquelas que não serviam, para preservá-las, multiplicá-las e conservar a diversidade no meio rural e no nosso prato. É muito importante o que está sendo feito.

Então, quando a Presidenta Dilma tem políticas específicas para as mulheres e para a juventude, é para levar o conhecimento da importância de valorizarmos as mulheres e os jovens que trabalham na produção de alimentos.

Para encerrar minha contribuição, quero dizer da minha emoção, mas não posso me esquecer de uma coisa: nós, no Brasil, quando começamos a nos mobilizar – e sou participante há trinta e poucos anos –, quando discutíamos o direito dos agricultores e agricultoras, as mulheres agricultoras não tinham nem o direito a ter nome, apenas sobrenome. Não tínhamos nome e endereço, pois não éramos consideradas trabalhadoras rurais. A partir dos movimentos sociais, da força que se criou, hoje temos nome, endereço, direitos e políticas públicas que nos ajudam.

No Brasil, hoje, entre aposentadoria, salário e maternidade, temos 9 milhões de homens e mulheres que saíram da pobreza na velhice ou na maternidade, por direitos que conquistamos. Não é pouca coisa o que fizemos no País, foram muitas e extraordinárias conquistas. Assim, vamos conquistando um Brasil mais democrático, participativo. Assim faz a nossa Presidenta Dilma Rousseff e assim é a importância das bancadas parlamentares comprometidas, tanto na Câmara como no Senado, com a agricultura familiar, com as mulheres e com a agroecologia, para que todos tenham direito às políticas públicas.

Muito obrigada.

Viva a agricultura familiar, as mulheres e este País que olha o povo brasileiro com amor e carinho pela Presidenta Dilma Rousseff! (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Deputada Luci Choinacki, por sua luta em defesa da agricultura familiar em nosso País.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra agora, pela Liderança do PP, a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Maioria/PP-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Angela Portela, que preside esta sessão de homenagem à celebração ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, queria saudar, de modo especial, os Deputados Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina, e Padre João, também do PT, que são os responsáveis, junto com a Senadora Angela Portela, por estarmos neste momento fazendo esta justíssima homenagem de celebração por uma decisão das Nações Unidas.

Quero cumprimentar o conterrâneo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. Cumprimento também o Coordenador-Residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e Representante-Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no nosso País, Jorge Chediek; o nosso querido Presidente da EMBRAPA, Maurício Antônio Lopes, e toda a sua equipe; a Secretária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alessandra da Costa Lunas, que aqui representa um pouco o que sintetizou a Deputada Luci Choinacki sobre a valorização da mulher e o seu protagonismo no processo produtivo, particularmente na agricultura familiar.

Os programas sociais hoje são muito voltados e focados porque a mulher assume cada vez mais um papel de liderança, não só no comando da sua família, da sua pequena propriedade, em todos os cantos dos do País, mas também em iniciativas louváveis no processo de desenvolvimento social.

Estamos hoje, na verdade, fazendo uma série de celebrações. Eu queria cumprimentar as Nações Unidas por terem tomado a iniciativa, não só para o Brasil, mas para o mundo, de valorizar o significado do que seja a agricultura familiar.

E de certo modo, Ministro Miguel Rossetto, V.Exa. que conhece bem o nosso Estado sabe que isso para nós gaúchos tem um significado muito especial, porque o Rio Grande do Sul, assim como Santa Catarina e Paraná, são Estados, que, pela sua formação, dão à agricultura familiar um peso muito especial, um peso específico e uma expressão ainda maior.

Só para ter uma ideia, a produção familiar dos alimentos no Rio Grande do Sul já representa quase um quarto de todos os financiamentos do crédito destinado à agricultura familiar. Não é pouca coisa, é realmente um significado muito importante.

E por isso eu queira, em nome do Partido Progressista, festejar a iniciativa da Deputada Luci Choinacki, do Deputado Padre João e da Senadora Angela Portela de estarmos aqui fazendo esse reconhecimento.

Podemos, nesta oportunidade, debater com a sociedade o futuro que queremos, não só para o nosso Rio Grande do Sul, mas para o Brasil, que se dedica à agricultura familiar e ao desenvolvimento solidário, colaborativo e, sobretudo, sustentável.

Em boa hora, as Nações Unidas estão consagrando 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar, e, por esse motivo, como eu disse, estamos todos aqui.

Um especialista em agricultura familiar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Sérgio Schneider, é um dos pesquisadores que têm buscado respostas para as perguntas que envolvem a produção agrícola familiar no Brasil e na América Latina. Ele foi um dos participantes do X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Foz do Iguaçu, no Paraná, com pesquisadores especialistas de todo o País. Esse estudioso disse que a política é indispensável para ajudar a desenvolver, fortalecer e construir melhores acessos aos mercados pelos agricultores familiares. Segundo ele, além do foco no crédito rural familiar, é preciso também ações públicas amplas, focadas na modernização do sistema de produção. Isso sem falar nas condições de vida desse agricultor ou dessa agricultora, com a questão da saúde, a questão do seu treinamento, da sua formação, das suas informações, do acesso àquilo que a EMBRAPA descobre através da pesquisa e da ciência para levar até o campo; a extensão rural para levar a esses agricultores.

A meu ver, esse é um passo importantíssimo para dar mais autonomia aos produtores familiares, de modo inclusivo e colaborativo, sempre com foco no desenvolvimento e na sustentabilidade, uma visão sistêmica e também territorial.

Vale lembrar que 77% dos empregos no setor agrícola brasileiro têm relação direta com a agricultura família, segundo dados do relatório 2014 sobre as perspectivas da agricultura familiar e do desenvolvimento rural das Américas.

A agricultura familiar gaúcha é uma das que mais se modernizam, com elevado uso de tecnologia e atualizada gestão. Nos mais de 30 anos de minha atuação como jornalista, muito antes de me tornar Senadora, vi de perto importantes transformações no campo dos Municípios.

O rústico cedeu lugar na agricultura familiar às modernas soluções, sem perder características culturais muito próprias, regionais, peculiares a esse tipo de atividade, preservando suas origens étnicas, usos e costumes e seu caráter social. Falo de lavouras plantadas por descendentes de alemães, de italianos, de poloneses, que produzem todos os anos inúmeros tipos de cultura: soja, milho, arroz, uva, outros tipos de frutas e também outros grãos. A pecuária leiteira, a produção de aves e de suínos também têm sido importantes fontes de renda a muitos agricultores, especialmente nas regiões noroeste e norte do nosso Estado.

Queria aproveitar a oportunidade para dizer que, com jornalista, eu acompanhei um grande líder da agricultura familiar que acabou sendo um estimulador da criação da FETRAF Sul, Altemir Tortelli, hoje Deputado. Ao noticiar aquilo, acabou se formando.

Também queria destacar hoje a atuação hoje da Coordenação da FETRAF Sul, Rui Valença, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, Elton Weber, e também o Presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul – OCERGRS, Vergílio Perius. Todas essas entidades têm um foco muito atento para a agricultura familiar.

Antes de finalizar, eu queria dizer que é uma alegria muito grande para o Partido Progressista do Rio Grande do Sul, especialmente por representar aqui o nosso Líder Francisco Dornelles, dizer que coube aqui a um gaúcho, quando Ministro, Francisco Turra, iniciar o processo de criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, o PRONAF.



Então, é uma honra muito grande para nós estarmos aqui apresentando também e renovando os cumprimentos a todas as instituições, sejam os movimentos sociais, sejam as federações, sejam as cooperativas familiares, junto com a CONTAG e a FETAG – a CONTAG também presidida por um gaúcho que nos honra muito.

Então, a todos os senhores, especialmente à Deputada Luci Choinacki, a Senadora Angela Portela e ao Deputado Padre João, parabéns por terem tomada a iniciativa de requerer esta sessão conjunta de Câmara e Senado para celebrar e comemorar o Dia Internacional da Agricultura Familiar! (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora para fazer uso da palavra o Deputado Padre João, do PT de Minas Gerais.

**O SR. PADRE JOÃO** (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nosso bom-dia a todos e todas e nossa saudação especial à nossa Presidenta, que muito nos honra.

Tínhamos de fato de prestar numa sessão da Câmara e do Senado esta homenagem tanto à agricultura familiar como a todos que fazem a agricultura familiar no Brasil. É uma alegria, Senadora Angela Portela!

Saúdo a grande companheira Deputada Luci Choinacki, o nosso Ministro Miguel Rossetto e o Sr. Jorge Chediek, das Nações Unidas.

Cumprimento, com muito carinho, o José Graziano, à frente da FAO, onde nos honra e honra também o povo brasileiro.

Saúdo o Presidente da EMBRAPA, Maurício Antônio, a companheira Alessandra da Costa, que aqui representa a CONTAG, o Alexandre, do MST, todas as lideranças da Via Campesina, da FETRAF, do MPA, as Mulheres Camponesas, os Deputados e as Deputadas presentes, a Senadora Gleisi Hoffmann, que saiu há pouca da Casa Civil, onde foi nossa parceira, por mais de 1 ano, na construção da Medida Provisória nº 636, apreciada por esta Casa na semana passada, um grande avanço.

Obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, por ter nos ajudado, assim como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de resolver muitos problemas agrários, a criar um novo cenário para a reforma agrária no nosso País.

Por inveja da Deputada Lucy, eu também tinha um texto aqui, mas vou tentar ser mais breve e falar com a nossa convicção, com a nossa mente e coração.

Há razões para celebrarmos o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Para nós, brasileiros, muitas são as razões, e não podemos celebrar este Ano Internacional sem agradecer ao nosso querido e sempre Presidente Lula, que foi quem conseguiu enxergar homens e mulheres, jovens e crianças no campo e entendeu que tinha que dar a eles tratamento diferenciado, Maurício, que, aliás, na verdade representa aqui também o Ministério da Agricultura, se me permite. Não se trata de abandonar a agricultura empresarial, e sim de ter um olhar diferenciado para os agricultores familiares.

E, como bem destacou aqui a Senadora Angela Portela, nós temos que enxergar também os pescadores, os geraizeiros, os ribeirinhos, todos, povos que, de certa forma, foram abandonados ou não tiveram condições iguais às dos agricultores para, numa linha empresarial, conquistar políticas indispensáveis para a sua sobrevivência digna no campo.

Nossa gratidão eterna ao nosso ex-Presidente Lula.

Vejam a importância de se entender quais são as ações indispensáveis para a permanência digna dos agricultores familiares no campo! O Programa Luz para Todos fez a diferença! Meu caro Ministro Miguel Rossetto, ainda há uma demanda – precisamos rever o Programa –, ainda temos alguns milhões no campo sem energia elétrica, e isso é inconcebível a esta altura da história, sejam eles assentados ou agricultores familiares. Mas há razão para celebrarmos, porque milhões e milhões têm hoje acesso à energia elétrica.

Programas também atenderam os pescadores, que conciliam com o agricultor familiar. Por que estou destacando isto? Porque às vezes fazem críticas a este Governo porque se ampliou muito o Estado, porque a máquina cresceu muito. Esses mecanismos serviram justamente para dar condições dignas aos mais pobres.

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Pesca e Aquicultura, da Secretaria para as Mulheres é um reparo pelos 500 anos de abandono, pelos 500 anos de injustiça. Se não houver instrumentos específicos, não conseguiremos reparar essas injustiças.

Se olharmos para trás, podemos visualizar os milhões que foram incluídos, inclusive no campo, os milhões que estavam abaixo da linha da miséria e da pobreza e hoje estão contribuindo para este País, estão garantindo que o alimento chegue à mesa dos brasileiros, de todos os brasileiros, e um alimento diferenciado, um alimento sem veneno, um alimento produzido com respeito às águas e às matas, um alimento que trata a terra como o que ela de fato é, como disse aqui a nossa companheira Luci Choinacki: a terra é nossa mãe, que nos alimenta e nos sustenta, como bem nos ensinaram e nos ensinam os povos indígenas.

A nossa gratidão à Presidenta Dilma, por entender que muitos mecanismos são indispensáveis para uma produção diferenciada de alimentos. Foi preciso criar por decreto a Política Nacional de Agroecologia e Pro-

dução Orgânica. Eu também temia que, por meio de um projeto de lei, não conseguíssemos de fato criar no Congresso Nacional a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, para a superação do uso do veneno na produção de alimentos, de forma que os alimentos de fato garantam saúde e vida para o nosso povo, em vez matar trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Esta semana, Senadora Angela Portela, eu estive no Município de Indaiabira, norte de Minas, onde há 4 mil propriedades rurais. Sabe quantos técnicos há por lá, meu caro Ministro? Dois técnicos. No Município de Salinas, para atender 5 mil propriedades rurais, 3 técnicos. Então, foi com muita sabedoria que a nossa Presidenta Dilma criou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER. Não temos como avançar mais no sentido de garantir dignidade e a devida assistência ao homem, à mulher, ao jovem do campo, sem oferecer-lhes a devida assistência técnica e extensão rural, lá no campo. Hoje, muitos técnicos ficam no escritório porque não dão conta de atender à demanda.

Então, já temos uma conquista, há razão para celebrarmos este Ano Internacional da Agricultura Familiar, diferentemente de muitos países, sejam da América Latina, sejam, sobretudo, da África, que estão recebendo contribuições do Brasil, através da FAO e através da EMBRAPA. Portanto, a continuidade deste projeto no Brasil não é importante somente para o povo brasileiro, é importante para a América Latina, para o Caribe, para diversos países da África.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PAA, o Horta Escolar e outros programas, muitos programas que estão sendo implementados em todos os Municípios brasileiros, estão agora ajudando também outros países.

Oxalá tivéssemos sólidas parcerias com todos os Governadores! É lamentável que ainda haja Governos que não conseguem enxergar a realidade do campo. Precisamos avançar, e muito, com prefeitos e gestores em âmbito municipal, para que eles consigam enxergar a realidade do campo e, a exemplo do Governo Federal, deem tratamento diferenciado a quem é diferente.

Eu costumo dizer, Senadora – perdoe-me a expressão capitalista –, que os homens e mulheres agricultores familiares e suas famílias são os mais baratos deste Brasil. Eu tenho feito este debate com os prefeitos. Quando digo “mais baratos”, entendam, por favor, que eu me refiro ao fato de eles não precisarem de polícia no dia a dia, não precisarem de varrição de rua, de coleta de lixo, de água tratada, de iluminação, de uma série de serviços prestados aos urbanos. Na zona rural, eles precisam de estrada e de assistência técnica, e até isso muitas vezes lhes é negado.

Mesmo assim, a nossa Presidenta Dilma, dando continuidade ao que foi iniciado pelo Presidente Lula, enxergou outras ações, como o Educação do Campo. Temos que fazer avançar esse programa. Um crime acontece quando prefeitos fecham escolas rurais, como tem acontecido tanto. Isso é como rebentar a raiz de uma planta. Como fazer as nossas crianças e jovens ter encantamento pela roça, ter orgulho de ser do campo, se a educação os tira de lá aos poucos e os leva ao encantamento pela cidade?

Então, parabéns a todos, em especial aos movimentos sociais, que muito vêm contribuindo. Nunca o Plano Safra foi reeditado igual ao do ano anterior. Iniciamos com pouco mais de 2 bilhões de reais e chegamos a 24 bilhões e 100 milhões, uma grande conquista dos movimentos sociais, da Marcha das Margaridas, do Abril Vermelho, do Grito da Terra... Esse grito teve eco nos Governos Lula e Dilma, teve ressonância em todos os Ministérios, e assim foram sendo pincelados diversos programas, para garantir dignidade aos agricultores familiares.

Viva a agricultura familiar! Somos gratos à ONU por reconhecer esta importância. E vamos juntos, campo e cidade, com os programas do Governo Federal, avançar em mais políticas, em mais programas que garantam a dignidade das nossas crianças, jovens, homens e mulheres do campo.

Um dia eu pude cumprimentar a Presidenta Dilma pela ênfase que ela deu à agroecologia. Ela então me disse: *“Padre, mas ainda temos um longo caminho a percorrer”*. Pelo menos ela teve a coragem e ousadia, Sr. Maurício, de se colocar a caminho, com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Força de Deus nesta luta! Parabéns a todas e a todos por podermos celebrar o Ano Internacional da Agricultura Familiar!

Muito obrigado, Sra. Presidente. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Deputado Padre João.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sra. Presidenta Senadora Angela Portela. Quero fazer uma saudação especial a V.Exa., à nossa amiga e Deputada Luci Choinacki e também ao nosso amigo e Deputado Padre João, por terem proposto esta sessão que celebra o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Também quero fazer uma saudação muito especial ao nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; ao Coordenador do Sistema



Nações Unidas no Brasil e Representante do Programa das Nações Unidas, Sr. Jorge Chediek; ao Presidente da EMBRAPA, Maurício Lopes; e à Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alessandra da Costa Lunas. E eu vi aqui o nosso Deputado Assis do Couto, do meu Estado do Paraná, na pessoa de quem quero saudar a todos os Parlamentares. O Deputado Assis é uma das lideranças mais importantes na área da agricultura familiar do nosso Estado.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, caras senhoras e senhores representantes de entidades, em nome do Partido dos Trabalhadores, eu quero saudar este evento e os seus propositores.

Quero começar meu pronunciamento enviando um forte e caloroso abraço aos agricultores familiares do Paraná e do Brasil. Os agricultores familiares são essenciais ao nosso Estado e formam um dos principais pilares da economia do nosso País. A contribuição da agricultura familiar ao Paraná e ao Brasil é imensa: é fundamental para a geração de emprego, para a alimentação da população, para nossa rede social, para a formação da nossa cultura e até para a formação do nosso caráter.

Por isso tudo, muito me honra poder participar desta sessão solene do Congresso Nacional que celebra o Ano Internacional da Agricultura Familiar e aqui representar o meu partido.

Em dezembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo o papel fundamental desse setor para a segurança alimentar no mundo.

No Brasil, a agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por 7 de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades.

A agricultura familiar favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

No Paraná, das 374 mil propriedades rurais no Estado, 320 mil pertencem a agricultores familiares. Quase 90% dos trabalhadores estão vinculados à agricultura familiar. O Estado possui um terço de terras agricultáveis, e a maior parte está em propriedades com menos de 50 hectares. Somos o Estado com o maior destaque na agricultura familiar do País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, estamos tendo atenção e cuidado com a agricultura. Responsável há décadas pelos resultados positivos da balança comercial brasileira, o segmento agrícola proporciona, ao contrário do que muitos pensam, valor agregado à nossa economia, sendo responsável por uma cadeia estendida na produção do País.

Não é errado assinalar que no Brasil todos os setores da economia dependem da agricultura. Também não é errado reconhecer que essa importância decorre da união de esforços no setor privado e no setor público. Do lado do Governo, empresas como a EMBRAPA e uma acertada política de crédito e de investimentos no campo.

Os resultados positivos, obtidos graças ao empenho, à determinação, à capacidade de luta e à ousadia de nossos produtores, envolveram o Governo, que passou a realizar políticas de crédito expansionistas e a oferecer outras garantias ao nosso produtor – grande, médio ou pequeno.

O Brasil, desde a safra de 2003/2004, tem aumentado o crédito para a agricultura de forma continuada, sempre reduzindo os juros.

No Plano Safra que lançou agora, o financiamento para a agricultura empresarial totalizou R\$ 156 bilhões. Para a agricultura familiar, o aumento não foi diferente. Ela passou nesse período por um fortalecimento muito grande. Saiu de R\$ 2,6 bilhões em financiamento para aproximadamente R\$ 24 bilhões, disponíveis através do PRONAF, também com juros cada vez menores, aliás, nos últimos anos, com juros negativos em todas as suas linhas, que variam de 0,5% a 3,5%.

Além do reconhecimento de um país a um setor que dá grande sustentação à sua economia, representa clareza política sobre a importância estratégica da agricultura. A Presidenta Dilma é muito zelosa desse reconhecimento. Estamos investindo em assistência técnica. Criamos uma agência para esse fim, a ANATER, cuja importância reconheceu aqui o nosso Deputado Padre João. E estamos investindo em armazenagem, defesa agropecuária, seguro, comercialização e ampliação dos financiamentos.

Segundo a Presidenta Dilma, se for preciso mais dinheiro, teremos mais dinheiro à disposição do produtor agrícola. Isso é importante, Sra. Presidenta, porque, sem crédito – e crédito barato, como é o da agricultura –, nós não conseguiríamos ter o resultado tão positivo que temos na agricultura brasileira. Estamos praticamente dobrando nossa produção de grãos nos últimos 12 anos.

O Governo também vem estimulando o investimento em máquinas e equipamentos e na adoção de novas tecnologias, para aumentar ainda mais a produção e a produtividade no setor.

Nesta safra estão previstos R\$ 12 bilhões do PRONAF para as linhas de investimento. E os juros dessa linha variam de 0,5% a 2%, taxas extremamente baixas, para que os pequenos agricultores tenham acesso às

melhores condições possíveis para investir, para adquirir máquinas e equipamentos que melhorem a produtividade da sua propriedade e assim gerem mais emprego e renda para as famílias no campo.

Como disse a Senadora Angela Portela em seu pronunciamento, nos últimos 12 anos o investimento em máquinas e equipamentos agrícolas passou de R\$ 80 milhões para R\$ 4,5 bilhões. Nas últimas seis safras, 47 mil veículos de transporte de carga foram financiados: 1.400 colheitadeiras e 75 mil tratores.

Mas o Governo Federal bem sabe que, para ajudar os agricultores familiares, não basta oferecer crédito, ainda que em condições tão boas, por isso o Governo também montou o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Esses dois programas são a base das compras públicas, são um elemento central no nosso modelo de agricultura familiar. Os dois programas atendem a demanda dos agricultores familiares, garantem ao agricultor familiar, quando ele está planejando sua produção, quando está plantando, que, lá na frente, ele vai sim ter um comprador.

Mas esses dois programas são bons não apenas para os agricultores familiares. Eles são bons também para as nossas crianças nas escolas, que lancham uma comida de qualidade, fresca, produzida localmente, ligada à cultura local. Esses programas também são bons para os Municípios, porque a compra de alimentos no Município fortalece a economia local, gera renda, gera emprego. Não devemos comprar em uma comunidade maior o que uma comunidade menor pode produzir.

Sabemos que ainda há mais a fazer, que os desafios são grandes para os agricultores familiares. Sabemos que esses agricultores também têm de ser competitivos, para melhorar cada vez mais sua renda. Foi com esse fundamento que a Presidenta Dilma criou, lançou e agora regulamentou a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, que vai trabalhar de forma conjunta e parceira com a nossa EMBRAPA. Ela é um órgão de difusão de tecnologia. A Agência distribuirá conhecimento para quem não tem acesso ao conhecimento, oferecendo assistência técnica permanente.

Com mais conhecimento, o agricultor familiar produzirá muito mais, e um produto de muito mais qualidade, na mesma área. O agricultor familiar também poderá, com mais conhecimento, diminuir o custo de sua produção e produzir respeitando cada vez mais o meio ambiente.

Enfim, Sras. e Srs. Congressistas, convidados desta sessão, ouvintes da *Rádio Senado*, telespectadores da *TV Senado*, é muito gratificante constatar que, no ano em que a ONU celebra a agricultura familiar mundialmente, o Brasil, através do Governo da Presidente Dilma, pode se orgulhar e até servir de inspiração para outras nações, apresentando ao mundo políticas públicas claras e efetivas para o fortalecimento desse setor, demonstrando de forma inequívoca o quão estratégico é ele para nosso País.

Parabéns a todos os agricultores e agricultoras familiares do Brasil, em especial àqueles e àquelas que tantas riquezas produzem em meu querido Paraná.

Viva a agricultura familiar!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Parabéns, Senadora Gleisi Hoffmann!

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, do PCdoB da Bahia, pela Liderança do PCdoB.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Senadora Angela Portela, que preside esta sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Ano Internacional da Agricultura Familiar; querida Deputada Luci Choinacki e Deputado Padre João, dedicados à luta em defesa do fortalecimento da agricultura familiar no Congresso Nacional; Sr. Ministro Miguel Rossetto – que bom vê-lo novamente à frente desse Ministério que V.Exa. fortalece a cada dia; Srs. Jorge, Maurício e Alessandra, representantes de instituições e entidades da sociedade civil, é com alegria e satisfação que estou aqui falando em nome do PCdoB, meu partido, e de caráter pessoal.

São muitas as razões para termos emoção neste momento. Primeiro eu sou filho da agricultura familiar, do Semiárido nordestino, interior da Bahia. Meu pai, agricultor familiar, criou 8 filhos sem nenhuma renda que não fosse da agricultura familiar. Ser agricultor familiar no Brasil sempre foi uma luta muito difícil e, no Semiárido, sempre com maior dificuldade para vencer os obstáculos.

Segundo, o meu partido sempre identificou a luta no campo como algo absolutamente essencial na libertação do nosso povo, o entrelaçar da luta do trabalho, da luta no campo, da luta na cidade e a identidade que tem com a luta para a organização dos movimentos sociais do campo e da agricultura familiar no nosso País.

Temos muito o que comemorar. Os 24 bilhões de reais do Plano Safra 2014/2015 é algo que destaca o reconhecimento do papel da agricultura familiar. E todos nós sabemos que esses recursos não correm o risco de não ter uma boa aplicação. O retorno é certo, seguro, com um potencial de desenvolvimento, geração de empregos, colocar alimento saudável e mais barato na mesa dos brasileiros. Setenta por cento do alimento

que chega às mesas dos brasileiros e brasileiras são oriundos da agricultura familiar. Esses dados, que já foram aqui enunciados, repetidos, demonstram esse momento rico de fortalecimento dessa atividade no nosso País.

Mas eu queria destacar o papel das entidades do movimento social nessa trajetória, porque a nossa CONTAG comemorou, no ano passado, 50 anos de fundação, e nasceu gritando por reforma agrária, por valorização do homem do campo e da agricultura familiar. A CONTRAF tem uma história também densa de mobilização e de luta, luta difícil, muito sacrifício, muito sangue derramado, costas viradas de muitos governos e de parte da sociedade que trataram com discriminação e, em muitos momentos, com preconceito a nossa agricultura familiar. Isso tudo é possível porque os movimentos sociais nunca deixaram de acreditar, de discutir e de debater com a sociedade a necessidade de reconhecer e fortalecer a agricultura familiar. Resistiram sempre buscando construir esse caminho, e encontrou, neste momento, no Governo, correspondente resposta, a compreensão; encontrou, no projeto político que o Brasil constrói, a partir do Presidente Lula, da Presidenta Dilma Rousseff e de tantos que vieram desse movimento, com o Governo democrático e popular, canais e espaço para apresentar soluções, a exemplo da EMBRAPA, que se encontra representada na Mesa.

Portanto, eu queria aqui destacar a trajetória de lutas e de vitórias do movimento social, reconhecendo aqui na CONTAG e na CONTRAF as entidades que capitaneiam, que lutam, que se organizam em torno da construção desses objetivos.

Portanto, parabéns, Senadora! Parabéns, Deputados! E que a agricultura familiar continue organizada e buscando ampliar os seus espaços. Nós temos muito ainda a construir. Temos um longo caminho a percorrer. Eu, que circulo muito no interior, sei que a atividade econômica nos pequenos Municípios está fundamentalmente vinculada à agricultura familiar, na produção, na comercialização, na cultura que a agricultura familiar produz para a realização das aspirações de cada cidadão, especialmente daqueles que estão no interior.

Parabéns! Viva a agricultura familiar! (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – *Muito obrigada, Deputado Daniel Almeida.*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra o Deputado Assis Carvalho.

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querida Senadora Angela Portela, grande amiga Deputada Luci Choinacki, querido Deputado Padre João, querido Ministro Miguel Rossetto – é sempre uma alegria encontrá-lo nessa luta permanente em defesa dos trabalhadores da roça –, Sr. Jorge Chediek; Dr. Maurício Antônio Lopes, da EMBRAPA, que presta um grande trabalho; Sra. Alessandra da Costa Lunas, quero abraçar todos os senhores neste momento tão oportuno, quando aqui referenciamos o Ano Internacional da Agricultura Familiar, camponês e indígena, lembrando que foi com muita alegria que nós pudemos hoje ouvir a manifestação da nossa querida Presidente Dilma Rousseff, que, no seu pronunciamento de hoje, no café da manhã, trata exatamente desse compromisso com a questão da agricultura familiar, quando assegura recursos significativos, de mais de 24 bilhões de reais, para o financiamento da produção; quando se preocupa com a questão do Semiárido.

E aqui, meu querido Ministro Miguel Rossetto, eu tive a oportunidade de tratar desse tema, e nós vamos sempre reiterar e repetir a necessidade de acreditar na força do trabalho de quem, no dia a dia, leva mais qualidade de vida, com a produção orgânica, que é a alimentação para a mesa do trabalhador e da trabalhadora, que é, sem sombra de dúvida, o agricultor e a agricultura familiar.

Eu tenho essa compreensão porque sou filho de trabalhador rural sem terra, filho de um cidadão que tinha apenas 6 hectares de terra. Até os 15 anos de idade, trabalhei na roça. Então compreendo isso não porque eu ouvi falar. Ainda hoje tenho a minha rocinha de 20 hectares, onde planto no dia a dia, porque também é uma paixão, e até senti as dificuldades por que passa a agricultura familiar.

Aqui, eu sei que muito já foi feito. Podemos destacar os positivos efeitos da MP 636, da qual tivemos o Senador Wellington Dias como seu Relator. Estivemos naquela Comissão também discutindo, dialogando, e avançamos bastante.

Penso que agora nós temos que dar sempre o passo seguinte, que é, cada vez mais, compreender a importância da tecnologia para o avanço da produção. Continuar produzindo no modelo antigo, no dito nordestino, “*puxando cobra para os pés*”, com enxada de 3 libras, de 5 libras, não tem mais sentido.

É preciso que a agricultura familiar tenha condição de também incorporar na sua produção a tecnologia, que hoje não tem grandes dificuldades. Uma delas, eu venho reiterar. Nós compreendemos a importância dos grandes investimentos que temos na irrigação. Posso destacar lá no meu Estado do Piauí alguns projetos significativos. Vamos aqui tratar dos tabuleiros litorâneos. Ora, o tabuleiro litorâneo é um projeto que nós temos que concluir, cujos investimentos, desde o seu início, estão em torno de 300 milhões de reais. Lá, são investimentos em torno de 8 mil e 400 hectares. Não podemos mais parar no meio do caminho.

Agora, vou dizer: se nós tivéssemos, minha querida Luci, 300 milhões de reais em investimentos na agricultura familiar, nos *kits* simplificados de irrigação, na condução de um trator, em uma orientação técnica, em um contador sazonal, inteligente, que pudesse também discutir o preço de energia, nós não estaríamos beneficiando apenas 8 mil e 400 hectares, como temos lá – é um projeto que eu reafirmo que não pode ficar no meio do caminho –, mas nós estaríamos beneficiando 50 mil hectares, 50 mil famílias ou mais.

Eu tive a oportunidade de apresentar – e sei que já chegou ao MDA, entreguei nas mãos da Presidente Dilma Rousseff – um trabalho que foi desenvolvido pelo INCRA do Estado do Piauí. Ali, nós temos 497 assentamentos, chegando a 35 mil famílias, mais de 100 mil pessoas. Se nós chegarmos a 40 mil *kits* simplificados de irrigação, nós vamos beneficiar, querido Ministro, 41 mil famílias. Quarenta mil famílias! Quarenta mil famílias, com *kit* simplificado, custam 25 milhões de reais, porque um *kit* de irrigação, com uma caixinha de água, pela EMBRAPA, pela CODEVASF – nós compramos agora, com emenda de minha iniciativa – custa 531 reais e 60 centavos.

Imaginem quantas pessoas nós emanciparíamos lá no assentamento! O papel fundamental agora é continuar assentando, sim. Mas, mais do que assentar, é fazer essas pessoas produzirem, levar qualidade de produção. E a irrigação é uma delas.

Além da irrigação, é preciso, aqui, parabenizar a Presidente Dilma Rousseff e nosso Governo, quanto à assistência técnica, que tem que ser um compromisso do nosso Governo. Precisamos compreender que o compromisso que nós temos que ter com a assistência técnica é tal qual temos com a educação e com a saúde. Queremos mais educação, queremos mais saúde, mas queremos mais produção de qualidade na terra, com pessoas que respeitem o meio ambiente, o agricultor familiar e que façam a produção orgânica em um custo muito mais baixo, com a quantidade mais elevada, oferecendo mais emprego para os nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras.

Portanto, minha querida Angela, estou muito feliz. Eu sei que o nosso Governo tem avançado muito, mas é preciso avançar cada vez mais. E aqui nosso apelo é nesse sentido.

Reafirmo, pedindo aqui ao nosso Ministro Miguel Rossetto que se sensibilize. Ele já é muito comprometido com essa causa, e eu reconheço, mas sempre temos que registrar nos Anais desta Casa para cobrar, para que se compreenda a necessidade de avançar mais no Semiárido. Por quê? Porque é onde há sol em abundância, e está provado que, quanto mais quantidade de horas-sol, se puxarmos água – e é possível, a água não é uma coisa tão complicada e difícil – e a fizermos chegar a essas pessoas, com orientações técnicas básicas em relação à irrigação simplificada, mais nós vamos emancipar nossos trabalhadores e nossas trabalhadoras, tirando-os dessa situação humilhante que ainda temos. Já avançamos bastante, graças às intervenções da inclusão social do nosso Governo, mas há ainda muitas pessoas com uma dependência significativa por conta da miséria. E resolvemos a questão da miséria contribuindo para que os mais pobres possam produzir cada vez mais e produzir com qualidade e com tecnologia.

De qualquer maneira, eu sei que estamos fazendo algo, mas quero parabenizá-los por essa iniciativa, inclusive reafirmando que a EMBRAPA tem papel fundamental nessa questão. Eu acho que o trabalho que a EMBRAPA faz em todo o Brasil, destacando o que realiza no Nordeste, através da orientação, hoje, da produção fortificada que nós estamos tendo, é muito importante. Eu estive, na semana passada, na minha cidade de Oeiras e vi uma atividade belíssima. E ali ficamos encantados com a grandiosidade das pesquisas da EMBRAPA, com as orientações, que têm ajudado bastante os produtores da região.

Mas com essa comunicação conjunta, todo o mundo dialogando, o Governo dialogando, dialogando com a sociedade, eu não tenho dúvida de que nós vamos melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Portanto, fica aqui o nosso abraço a todos. E os parabéns pelo belíssimo trabalho que estão fazendo. E faço um apelo: que possamos fazer muito mais! (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputado Assis Carvalho.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora mais um piauiense para fazer uso da palavra, o nosso querido Senador Wellington Dias.

**O SR. WELLINGTON DIAS** (Bloco Apoio Governo/PT-PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, serei breve, porque sei que a agenda precisa disso.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, primeiro, é uma honra participar deste encontro. Quero saudar V.Exa., minha querida Senadora Angela Portela. Sei que o seu Estado tem muito orgulho do seu trabalho, e todos nós aqui, do Senado Federal, sabemos do seu empenho na defesa dos interesses tanto de Roraima como da Região Norte e do Brasil. E a presença das mulheres nos alegra. Esta sessão tem a particularidade de ser presidida e comandada pelas mulheres. Os homens estão aí à Mesa só para auxiliar. Então, é um prazer muito grande! (*Riso.*)



Quero saudar aqui o meu querido Ministro Rossetto – da mesma forma, tenho muita satisfação e orgulho do seu trabalho, da sua história; a Deputada Luci Choinacki; meu querido Deputado Padre João; o Sr. Jorge Chediek – não sei se meu inglês aqui vai funcionar –, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil; o Sr. Maurício, da EMBRAPA. Quero dizer que temos também muita gratidão pela presença da EMBRAPA no Piauí, no meio-norte, no litoral, em Parnaíba e em Teresina. Quero saudar também a Alessandra da Costa Lunas. E permitam-me saudar também os movimentos sociais aqui presentes, MST, CONTAG, FETRAF. Enfim, em nome desses, para não causar problema, saúdo todos os movimentos sociais aqui presentes e espalhados pelo Brasil.

Quero saudar também toda a equipe, Ministro, do nosso Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do Francisco Ribeiro. Se chegar ao Piauí perguntando por este nome, ninguém sabe quem é. É o Chicão, que hoje está como Secretário-Substituto, é Diretor do Crédito Fundiário junto ao INCRA.

Eu queria aqui relatar três depoimentos. O primeiro foi da comunidade Cajazeiras, onde estive esses dias, no Município de Canto do Buriti. Ali pude ver um depoimento e a emoção de famílias. Estive em Cajazeiras e outras comunidades, especialmente em um lugar chamado Santa Clara, que teve uma experiência com a mamona – V.Exa. acompanhou isso lá com o biodiesel. Ali eles estavam recebendo energia elétrica do Programa Luz para Todos. O meu Estado do Piauí tinha 570 mil pontos de ligação; hoje, tem mais de 1 milhão e 200 mil pontos de ligação. Isso só para entendermos. E a Dona Mariinha mora numa casa onde fizemos um ato junto com a ELETROBRAS Piauí, uma empresa pública. Ela fez um depoimento da vida dela sobre quantas horas ela tinha que gastar, por falta de energia. Há um poço perto da sua casa, e ela tinha que buscar água a uma distância muito grande, porque não conseguia ter energia para, com uma bomba, puxar água daquele poço. E ela gastava tantas horas com tantas atividades, por falta de energia, que ela disse que seu marido, Sr. Raimundo, já estava, há 7 anos, dormindo em cama separada, porque quando chegava em casa ela não dava conta do recado. Então, ela disse que estava – usando a palavra dela – estropiada de trabalhar o dia inteiro.

Então, eu cito esse exemplo para vermos que estamos falando de vidas humanas. Às vezes, falamos de números, falamos de quantas obras, de quantas coisas; estamos falando de mudança de vida. É alguém poder ter ali comunicação, poder ter uma geladeira para conservar frutas, poder ter um sistema para puxar água. O Deputado Assis Carvalho esteve lá comigo nesse ato importante, ouviu esse testemunho.

Há outro, da D. Helena, na comunidade Morro do Milho, no Município de Jaicós. Agora esta semana, para a minha honra também, o Deputado Assis esteve lá presente. E ali nós vemos a alegria das pessoas recebendo habitação, pessoas que em toda a história do Brasil moraram na casa de alguém, habitação no campo. Fazer casa na cidade já era uma coisa rara. Agora eu estou falando de habitação no meio do campo, habitação com piso bom, com banheiro em condições adequadas, com dignidade. E ali víamos a emoção dessas pessoas. O Assis lembrava aqui da exposição de Oeiras, e também de Floriano, sempre com a presença da agricultura familiar.

No nosso Estado, num ano como esse, 6 mil agricultores disputavam 6 mil contratos da área voltada para o pequeno produtor de financiamento nos bancos, e agora alcançamos 150 mil, 200 mil contratos, pela agricultura familiar. Então, é disso que se trata.

E eu quero aqui parabenizar e agradecer neste momento e comemorar a Medida Provisória nº 636. Espero, porque foi fruto de um amplo debate, entendimento, que possamos comemorar. Essa MP eu acho que tem que ser festejada – num momento grande para o País, mais de 15 bilhões de reais –, porque está tirando agricultores que estavam impedidos de acesso ao programa, nas várias áreas. O Padre João lembrava aqui há pouco dos vários programas, VIACREDI, crédito fundiário, e tantos outros, e agora colocamos as condições de trabalhar. E basta ver pelo volume apresentado hoje pela Presidenta Dilma, junto com V.Exa., de 24 bilhões para a agricultura.

Mas não posso aqui, ao fazer toda essa reflexão, deixar de dizer que ainda temos muita coisa para avançar. O próprio debate aqui mostra isso, e vamos prosseguir nessa direção. É um passo tirar alguém, como D. Mariinha, da miséria? É um passo. Mas ainda não basta. Saiu da miséria, veio para a pobreza. É preciso investir em educação, e estamos investindo; é preciso ter os filhos de agricultores técnicos agrícolas, agrônomos; é preciso ter, como diz o Presidente Lula, o filho do pedreiro engenheiro. Então, esse é o caminho novo que vamos trilhar, e trilhar a passos fundos.

Finalmente, chamo a atenção aqui para a população indígena – das Nações Unidas ao Governo Federal, aos Governos Estaduais –, que é a parte que nós precisamos olhar. E eu, como índio descendente, não tenho... Aliás, a literatura e os estudiosos diziam que não havia mais índios no Piauí. Depois que passei a me declarar como índio descendente – a minha mãe, os meus avós viveram de forma tribal; eu não tive esse privilégio, mas aprendi muito –, já são mais de 10 mil pessoas no meu Estado que se assumem como índio descendente. Mas o que eu quero chamar a atenção é que é aí onde ainda temos a maior fatia proporcional de pobreza e de miséria. E vamos ter que cuidar com todo o carinho.

Esse é um debate que não envolve só o Governo; envolve a forma do olhar do Brasil para esta população. Índio não quer ser peça de museu para ser visitado por escolas, para ter redação bonita. São homens e mulheres que querem a mesma cidadania que querem os negros, os quilombolas, que querem os assentados e de qualquer outra parcela da sociedade. Respeitam a língua, respeitam as tradições, enfim, mas querem qualidade de vida, querem tomar banho de chuveiro, querem ter o direito à casa digna, querem usar WhatsApp, querem ter aquilo que a sociedade moderna conquistou.

E, nesse sentido, V.Exa., meu querido Ministro, a Presidenta Dilma, todas as entidades, todos os órgãos aqui vão contar sempre com uma bancada aguerrida, lideranças como a nossa querida Angela Portela, que nos lidera aqui no Senado.

Muito obrigado. (Palmas.)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Senador Wellington Dias, principalmente pelo seu belo trabalho relatando a Medida Provisória nº 636.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora para fazer uso da palavra o Deputado Anselmo de Jesus, do PT de Rondônia.

**O SR. ANSELMO DE JESUS** (PT-RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Sra. Senadora Angela Portela, Coordenadora do Núcleo Agrário; a Deputada Luci Choinacki; o Deputado Padre João; o grande, querido e amigo da agricultura familiar, Ministro Miguel Rossetto; o Sr. Maurício Antonio, da EMBRAPA; o Sr. Jorge Chediek, da Organização das Nações Unidas, e a minha querida Alessandra. A Alessandra me substituiu quando Presidente da FETAGRO, no Estado de Rondônia, e me elegi Deputado. Ela tem uma propriedade na divisa da Bolívia. Outro dia, estive na sua propriedade, que ainda está de pé. Ela é uma agricultora, já foi Vice-Presidente da CONTAG e hoje é da Coordenação de Mulheres, na CONTAG – lideranças que realmente surgiram dos cantões de Rondônia.

Eu vim aqui prestar meu depoimento sobre esse ano tão importante, que é o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Eu não gosto de fazer comparação do nosso Governo, através de institutos de pesquisa, de fundação. Eu começo a olhar na minha casa, os meus irmãos, na minha igreja, no meu sindicato, e ali vejo a diferença desse Governo nosso. A gente viveu com vários outros governos, ocupando esses mesmos espaços, e hoje ali você percebe a diferença. Quando você chegava na igreja, tinha lá uma motinha que era admirada, ou era a carroça, ou era o chinelinho havaiano. Hoje você chega lá e vê que os agricultores têm camionetona, não é só carro popular. Você chega no meu sindicato, a mesma coisa. Os meus irmãos não tinham nem bicicleta. Hoje, quem não tem uma moto está comprando carro. A minha irmã é uma das que fornece para o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Hoje, ela já está montando a sua agroindústria. Então, são programas que deram condições de você perceber que o Brasil mudou, e o seu povo mudou também, e mudou para melhor.

Eu me lembro quando eu e o Deputado Assis, junto com a CONTAG, no Grito da Terra Brasil, a gente discutia com o Presidente Lula o Luz para o Campo, e ele chamou uma equipe e montou o Luz para Todos. Eu lembro quando a gente trabalhou aquilo, e hoje nós temos a felicidade de dizer que tiramos o carvão da lamparina do nariz de 92% das pessoas que vivem no campo. Estão faltando apenas 8%. Esse programa já está consolidado em vários Estados. De fato ele veio mudar o Brasil. Não é um programa de governo, é um programa de Estado, é um programa que veio mudar a vida do nosso povo brasileiro.

Vamos pegar o PAA mesmo. Nós já tivemos aqui seminários internacionais. Esse programa já extrapolou as fronteiras do Brasil. Muita gente pergunta por que hoje nós temos como coordenador da FAO o José Graziano. Porque o Brasil fez de fato o seu dever de casa, e, fazendo o seu dever de casa, cumpriu metas com 2 anos de antecedência. Aí a gente percebe o quanto o Brasil cresceu, o quanto o Brasil está se colocando em âmbito internacional hoje, principalmente representando, e representando muito bem.

Em que época nós tivemos no Brasil o agricultor que pelo menos pudesse sonhar em ter uma habitação rural? Hoje, eu chego na comunidade que eu morava, na roça, olho para os lados e vejo aquelas casinhas bonitas, aquelas mulheres contentes com a casinha bem arrumadinha e as pessoas felizes. Esse é um começo ainda, mas a gente já vê o grande resultado, pessoas na busca de serem selecionadas, através do Governo, através dos organismos sociais, com participação, com transparência. E a gente vai vendo essas coisas acontecendo.

Temos o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Eu lembro quando a gente discutia com o Presidente Lula e falava em 50%, são 30% dos recursos repassados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a alimentação escolar que os Municípios têm que utilizar na compra de produtos da agricultura familiar. A gente falava em 50%, aí ele falava: “Se vocês quiserem 100%, nós colocamos”. Eu disse: “não, então deixa 30% mesmo”. Nós temos que avançar muito mais, produzir e fazer com que cada vez mais esse povo da roça tenha dias melhores.

De fato, hoje, o Brasil tem motivo suficiente para discutir a agricultura familiar, o Ano Internacional da Agricultura Familiar, porque realmente a gente fez a diferença.



E lembro-me que, quando chegamos aqui em 2003 – nós não fazíamos parte nem da Constituição brasileira –, junto com o Deputado Assis, apresentamos um projeto, fui coautor, que trata da agricultura familiar. Ainda estão pendentes algumas regulamentações. Percebemos o quanto a gente buscou, não só através das emendas parlamentares, dos programas, mas através de uma legislação que pudesse proteger esse setor tão importante, que hoje nos dá garantia da segurança alimentar e também garante a empregabilidade no campo.

Isso está acontecendo nos quatro cantos deste Brasil. Você vai lá no Amapá, em qualquer lugar, no Amazonas, no Nordeste e vê as coisas mudando. No Nordeste, não sei se eles estão bem ou se estão mal, porque estão largando os jumentos. Hoje, no Nordeste, ninguém mais usa jumentos como meio de transporte. Antes era o que a gente via. Hoje as pessoas usam carro, moto, e você vê a mudança no Nordeste, você vê a mudança no fundão do Amazonas, no fundão de Rondônia. Você vê as mudanças nos quatro cantos deste nosso País.

Então, Sr. Presidente, isso nos deixa muito tranquilos, com a certeza de que nós estamos no caminho certo. É claro que a gente sabe que um projeto de país leva muito tempo para ser construído. E eu quero acreditar que nós demos um passo fundamental para que um dia possamos dizer que temos um Brasil para todos. Quando começamos a falar dessas conquistas que tivemos, começamos a flutuar. Mas quando olhamos também as necessidades e as demandas que ainda temos, deitamos, porque se chegarmos no campo ainda vemos gente matando agricultores. Os conflitos agrários ainda estão acontecendo. Ainda precisamos avançar na distribuição da terra. A agricultura empresarial está muito bem neste Brasil. A agricultura familiar está bem, mas ainda está muito atrás da agricultura empresarial. Percebemos que ainda há muita coisa a ser feita. E acredito que esse é o caminho.

Eu quero parabenizar a Deputada Luci Choinacki, juntamente com a nossa Presidente Angela Portela, por ter buscado criar esse momento para dizermos aqui o quanto é importante a agricultura familiar neste nosso Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRª. PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputado Anselmo de Jesus.

Convido agora o Deputado Assis do Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para fazer uso da palavra.

**O SR. ASSIS DO COUTO** (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senadora Angela Portela, que preside esta importante sessão em homenagem ao Ano Internacional da Agricultura Familiar. Quero saudar a Deputada Luci Choinacki, autora do requerimento dessa sessão solene; o Deputado Padre João; o nosso Ministro Miguel Rossetto, que deu uma saída; o Sr. Jorge, que aqui representa o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; o Dr. Maurício, que representa a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; a Alessandra, que representa a nossa gloriosa CONTAG. Enfim, vou ser bem rápido porque o tempo também vai passando.

Eu queria falar depois do Deputado Anselmo. Para mim é uma alegria muito grande, Senadora Angela, porque neste plenário há dois Deputados e uma Deputada originários do campo, da comunidade rural, do sindicato, da igreja, dos movimentos, profissionais da agricultura familiar que chegaram a esta Casa: eu, o Deputado Anselmo e a Deputada Luci. Como também nós temos dois Deputados nesta Casa de Leis, no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara, que vieram dos assentamentos de reforma agrária: o nosso amigo Marcon, do Rio Grande do Sul, e o Deputado Valmir Assunção, da Bahia. Isso é o avanço de um setor da sociedade que se levanta e busca o seu espaço.

Para mim é uma alegria muito grande poder estar aqui, reforçar esta caminhada. Há mais de 30 anos, desde 1983, que a gente acompanha essa caminhada, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da minha querida Pranchita, no Estado do Paraná.

Quero saudar também a Senadora Gleisi Hoffmann, que já falou e agora está em outro compromisso.

Essa caminhada nos deu muitas conquistas importantes, reconhecimento pela sociedade de um setor que era abandonado, de um setor que na década de 80 estava fadado ao desaparecimento, pelo modelo de agricultura implantado na Revolução Verde pelo regime militar. Nós éramos carta fora do baralho. A crise, a miséria, a pobreza, o desespero da década de 80 levava a isso. E essa gente se levantou, conquistou direitos na Constituinte de 1988, conquistou o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Aliás, quero aqui reforçar, Ministro, em 11 anos, o PRONAF cresceu dez vezes em volume de recursos e diminuiu todas as taxas de juros. Conquistamos a Lei da Agricultura Familiar, citada pelo Deputado Anselmo. No ano que vem, essa lei vai completar 10 anos. Temos uma lei que ainda carece de regulamentação, é verdade. Mas precisamos fazer, no ano que vem, alguns eventos dos 10 anos da Lei nº 11.326, que é a Lei da Agricultura Familiar. Conquistamos a lei da alimentação escolar. Conquistamos a lei do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;

a lei da assistência técnica e agora conquistamos a ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ou seja, do ponto de vista do avanço foram muitas conquistas, mas não vou me ater muito a isso.

Senadora Angela, eu aprendi, também, com o Presidente Lula que a gente nunca se acomoda com aquilo que já alcançou. A gente sempre quer mais. E a agricultura familiar quer mais.

Este ano é o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Parabéns à ONU! Parabéns ao Graziano, que levou esse tema para a FAO! No ano em que comemoramos o Ano Internacional da Agricultura Familiar, nós iniciamos, na minha avaliação, um novo ciclo, um ciclo de caminhadas, de lutas, de visualizar novos desafios para a gente manter a agricultura familiar. Eu quero citar três aqui. Há pouco eu falei com o Ministro Miguel Rossetto sobre um desses desafios. O acesso à terra ainda é um grande problema da nossa agricultura, seja através da desapropriação, seja através do Fundo de Terras. Mudamos a lei agora no Congresso e estamos aguardando a sua regulamentação por parte do Executivo. Para nós termos uma agricultura familiar forte, não tenho dúvida de que o acesso à terra é o primeiro ponto. Sem terra não há agricultura familiar.

O segundo desafio é o conhecimento. Meu caro Maurício, Presidente da EMBRAPA, nós não vamos ter uma agricultura familiar próspera se não tivermos agricultores familiares prósperos, com formação profissional, com conhecimento tecnológico, com tecnologia que chegue até a propriedade deles.

Este é o grande desafio, o desafio do conhecimento.

Parabéns à EMBRAPA, que está fazendo grandes mudanças! Dr. Maurício, estamos muito esperançosos de que a EMBRAPA, juntamente com a ANATER, possa levar conhecimento e formação profissional ao agricultor familiar. O agricultor familiar do meu tempo de jovem, que era quase analfabeto – e creio que muitos que estão nessa caminhada passaram por isso –, não será o agricultor familiar do futuro. Os agricultores familiares do futuro não serão aqueles que sobram no campo, serão aqueles empreendedores que querem definir como projeto de vida a produção de alimentos neste País. A formação profissional é extremamente importante. Estamos dando passos nessa direção.

Por fim, a agricultura familiar não é sinônimo de pobreza. A agricultura familiar não pode fugir do mercado. Nós estamos numa sociedade de mercado capitalista. Agora, o agricultor familiar sozinho, sem se organizar numa cooperativa para poder enfrentar esse mercado, não vai a lugar algum. O cooperativismo é extremamente necessário para a agricultura familiar. Se ele é para os grandes produtores, muito mais para os pequenos.

Eu estive no Piauí – é uma pena que o Deputado Assis Carvalho não esteja mais aqui – e lá encontrei agricultor familiar que penava para produzir 1 quilo de farinha, que vendia a atravessador por 1 real. E conheci casos em que eles ganhavam de 3 reais e 50 centavos a 4 reais o quilo de farinha produzida, porque estavam organizados em cooperativa. Não há possibilidade de renda para a agricultura familiar se nós não organizamos economicamente essa categoria e o cooperativismo – inclusive, 2012 foi instituído pela ONU o Ano Internacional das Cooperativas, e foi comemorado no mundo inteiro.

Então, eu acho que estes três aspectos são fundamentais: terra, conhecimento e capacidade de enfrentamento do mercado. Com isso, nós vamos construir uma agricultura familiar cada vez mais próxima.

Parabéns pela iniciativa, Senadora Angela, Deputada Luci, Deputado Padre João.

Viva a nossa agricultura familiar! Viva o Ano Internacional da Agricultura Familiar!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Deputado Assis do Couto, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora, para fazer uso da palavra, o nosso Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

**O SR. MINISTRO MIGUEL ROSSETTO** – Sra. Senadora Angela Portela, uma saudação muito carinhosa a V.Exa., que preside esta importante sessão do Congresso Nacional brasileiro que coloca a instituição em sintonia com uma grande agenda internacional, o que é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros que acompanhamos esta sessão.

A iniciativa da Deputada Luci Choinacki e do Deputado Padre João, acompanhada por dezenas de Parlamentares que estão aqui presentes, de Sras. Senadoras e Srs. Senadores que nos acompanham e participam desta sessão, coloca o Congresso Nacional em diálogo com uma agenda planetária, uma agenda mundial, com a qual a FAO, liderada pelo brasileiro José Graziano, corretamente, na nossa opinião, traz com força a agricultura familiar para o centro da reflexão mundial.

As definições dadas por entidades da ONU aos Anos Internacionais traduzem a importância que as Nações Unidas dão às grandes agendas mundiais e querem, com isso, estimular o debate, estimular a reflexão.

Três temas fundamentais dão sentido estratégico e sentido de futuro à agenda da agricultura familiar em escala mundial. São três grandes desafios mundiais com os quais a FAO busca estimular a reflexão em todos os países do mundo, os quais são sintetizados, de alguma forma, nessa enorme parcela da sociedade mundial que

vive no meio rural – quase 40% da humanidade vive no meio rural mundial. Nós estamos falando de cerca de 3 bilhões de homens e mulheres agricultores, pescadores, indígenas que vivem nas suas comunidades rurais.

Portanto, quando falamos em segurança alimentar, em direito à alimentação; em superação da pobreza; em uma agenda de sustentabilidade ambiental, nós estamos falando de três elementos estratégicos que vão encontrar na agricultura familiar desses bilhões de homens e mulheres que, no nosso planeta, vivem no meio rural, uma resposta estratégica fundamental.

Pensar, portanto, na resposta a esses três elementos que fazem parte das grandes questões que organizam hoje o debate mundial passa por pensar a partir dessa grande parcela da humanidade que vive no meio rural e que produz a partir da agricultura familiar, e com ela, em escala mundial.

Por isso, representando aqui o Governo da Presidente Dilma Rousseff, como Ministro do Desenvolvimento Agrário, eu quero saudar a FAO por esta decisão estratégica, que nos estimula a todos a uma profunda reflexão. Ao mesmo tempo, quero homenagear o Congresso Nacional brasileiro, que, sob a sua liderança, Senadora Angela Portela, acolhe essa dimensão estratégica e soma a sua voz à voz dos Parlamentares brasileiros, homens e mulheres, neste debate de dimensão mundial.

Aproveito, Senadora, para também homenagear o Congresso Nacional – o Senado, em particular – por ter agora, no último dia 27 de maio, após a conclusão de um debate intenso da Câmara Federal, aprovado em segundo turno a chamada PEC do Trabalho Escravo. Eu quero homenagear o Senado e a Câmara porque todos nós estamos convocados para no dia 5 de junho, a próxima quinta-feira, acompanhar a promulgação de uma mudança importantíssima na Constituição brasileira. O trabalho de V.Exas. não só introduz como constitucional a proibição do trabalho escravo, mas torna passíveis de confisco as terras brasileiras onde haja o trabalho degradante, o trabalho escravo.

O Senado da República, em última instância, portanto, confirma decisão da Câmara Federal que torna passível de confisco toda e qualquer terra, rural ou urbana, em que ainda se seja conivente com o trabalho escravo em pleno século XXI.

Parabéns ao Senado da República, parabéns à Câmara Federal por esse ato objetivo, que guarda um extraordinário simbolismo, ao dizer: *“Neste País, nós não queremos trabalho degradante, nós não queremos desrespeito, nós não queremos trabalho escravo. Nós queremos outra coisa”*.

Portanto, eu quero, com esta manifestação, homenagear o Senado Federal por esse trabalho importante e esse marco forte na legislação brasileira, na Constituição nacional.

Quando a Constituição diz isso, diz que quer outra coisa; e, quando diz o que não quer, diz o que quer. E seguramente o que quer é um meio rural em que haja qualidade de vida; em que haja respeito com quem trabalha como agricultor, agricultora, trabalhador assalariado; quer, nesse meio rural, qualidade ambiental; quer que o direito à renda, o direito à alegria e à felicidade possam ocorrer em todos os pontos do imenso Brasil, seja no campo ou na cidade.

Quando falamos em campo ou meio rural, nós incluímos aí toda a extraordinária diversidade do meio rural brasileiro. Quando falamos de agricultores familiares, falamos dos homens e das mulheres que estão no campo, que estão na floresta, que estão no Sertão, que estão na Caatinga, que estão no Cerrado, enfim, que vivem nessa imensa paisagem rural que é o nosso Brasil, que compõem a paisagem rural do nosso Brasil.

São milhões de homens e mulheres que produzem, e produzem muito, e que, por conta do seu trabalho e a partir dele, constroem a Nação brasileira. São esses que a FAO homenageia e são esses que nós estamos aqui, todos nós, homenageando com o nosso trabalho.

Nós queremos, em nome do Governo Federal, neste momento de reflexão tão importante, saudar todos os Senadores e Deputados, os representantes dos organismos internacionais que estão aqui conosco, as lideranças sindicais e dos movimentos sociais – do MST, da CONTAG, da FETRAF, do MPA –, todos os que trazem, com a sua voz forte, a voz dos milhões de homens e mulheres que trabalham e produzem no meio rural brasileiro.

Eu quero também homenagear essas lideranças. Eu tenho absoluta segurança de que o Brasil se orgulha e se orgulhará das lideranças sociais e sindicais do meio rural brasileiro, porque são elas que têm, ao longo dos últimos anos, décadas, séculos, construído, com a sua voz, um exemplo de resistência. E é essa luta social que encontra, no ambiente democrático brasileiro, espaço para reivindicar, para falar e para conquistar.

Portanto, fica a minha forte homenagem a esses lutadores sociais, homens e mulheres que vêm construindo, com a sua luta, este novo Brasil em que todos nós vivemos.

É tarefa nossa, portanto, reafirmar compromissos, e eu quero, em nome da Presidente Dilma Rousseff, em nome do nosso Governo, reafirmar compromissos com esses homens e mulheres da agricultura familiar do nosso País, com todos eles: pescadores, ribeirinhos, todos os que estão no campo, nas comunidades tradicionais, nas comunidades indígenas. Quero reafirmar compromissos com a visão de que dispomos da natureza e do caráter estratégico para o nosso País de que esse trabalho dispõe.

A agricultura familiar, para o nosso Governo, tem um caráter estratégico: produz, e produz muito; produz, e produz bem; alimenta o povo brasileiro, colabora para a geração dos alimentos para o povo brasileiro e para a produção de excedentes exportáveis que vêm a colaborar com os alimentos dos povos irmãos; cuida do campo, cuida da floresta, cuida da água, cuida do rio. E nós queremos, nesta sessão do Congresso Nacional, traduzir, como sempre fazemos, esses compromissos, em demonstração de iniciativas concretas e reais, em fatos e ações.

Rapidamente, dois temas me parecem sintetizar esses compromissos. Um deles é o fato de o Congresso Nacional recentemente ter aprovado a Medida Provisória nº 636, que a Presidente Dilma Rousseff, em dezembro do ano passado, editou. Com ela, nós estamos fazendo um enorme esforço no sentido de permitir que mais de 1 milhão de famílias, especialmente de assentados da reforma agrária, tenham seus débitos quitados, tenham suas dívidas quitadas e possam recuperar a capacidade de acessar o sistema público de crédito agrícola e começar a produzir mais e melhor.

O Congresso Nacional aprovou recentemente essa medida provisória. Todos nós estamos felizes porque, a partir de iniciativas como essa, vamos criar condições para que milhares e milhares, mais de 200 mil famílias de assentados da reforma agrária, possam recuperar a sua capacidade de produção e ampliar, portanto, a oferta de alimentos ao povo brasileiro.

Por outro lado, nós queremos compartilhar a edição do Plano Safra da Agricultura Familiar para o período 2014/2015. Este é um Plano Safra recorde na história dos agricultores familiares brasileiros: são 24 bilhões e 100 milhões de reais em créditos, a partir de 1º de julho. Não há, na história de nosso País, tamanho volume de recursos disponibilizados para financiar custeio e investimentos dos agricultores familiares. As taxas de juros para esses agricultores vão de 0,5% a 3,5%, ou seja, são extremamente baixas, há um custo baixo do dinheiro, porque queremos estimular a ampliação da produção.

Nós também estamos inovando no seguro agrícola. A agricultura é uma atividade de risco. Nós estamos inovando, a partir deste ano, quando passaremos a constituir um seguro da agricultura familiar por questões climáticas, que passa a assegurar para os nossos agricultores até 80% da renda bruta esperada com a produção, conquista histórica das lideranças sindicais, do cooperativismo do nosso País.

Além disso, nós estamos estimulando fortemente a produção agroecológica. Nós estamos ampliando a assistência técnica. Mais de 1 milhão e 200 mil famílias terão acesso à assistência técnica a partir deste ano.

Esses são elementos que mostram um esforço enorme do nosso Governo para apoiar, criar oportunidades e estimular a geração de renda e a qualidade de vida na produção da agricultura familiar no nosso País.

Nós queremos também incorporar as reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais. Não só toda a titulação das terras da reforma agrária é conjunta, para homens e mulheres, como estamos avançando no crédito e na assistência técnica. Trago, como mensagem objetiva, a informação de que, a partir deste Plano Safra, todos – todos! – os contratos de assistência técnica, que buscam disseminar conhecimento, levar conhecimento para o meio rural brasileiro – todos, Sra. Senadora, repito! –, terão obrigatoriamente a presença de até 50% das mulheres trabalhadoras rurais do nosso País. Isso significa que estamos pintando de lilás a assistência técnica no nosso País, e, quando a pintamos de lilás, Senadora Vanessa Grazziotin, nós estamos não só fazendo melhor, mas tornando mais bonita a assistência técnica no nosso País.

São exemplos como este que vão conformando um conjunto de políticas agrícolas e agrárias que traz, que responde e que cria oportunidades para que nós tenhamos uma produção melhor, uma produção mais sustentável e uma produção mais igual, do ponto de vista do gênero, valorizando as mulheres que produzem e que trabalham muito no meio rural brasileiro.

Eu quero, por fim, fazer uma referência, mesmo que rápida, a uma agenda mais ampla, como foi registrado por vários dos Srs. e Sras. Parlamentares. Tão importante quanto as políticas agrícolas, tão importante quanto as políticas agrárias é criarmos uma ideia forte de desenvolvimento rural que seja capaz de levar para o meio rural direitos fundamentais. E a Presidenta Dilma Rousseff, hoje, e o Presidente Lula, ontem, têm assegurado uma extensão importante de direitos para qualificar a vida no meio rural.

Já foi citado o Programa Luz para Todos. Hoje, no Brasil inteiro, milhões de propriedades de agricultores têm acesso à energia elétrica. O Programa Minha Casa, Minha Vida rural, marco histórico da conquista dos nossos produtores agricultores, assegura financiamento barato para o acesso à moradia digna. O direito à educação vem sendo garantido por meio do PRONATEC e dos Institutos Federais, que saem das grandes metrópoles e se dirigem às médias e pequenas cidades do nosso País, levando e melhorando o acesso ao conhecimento.

Nós temos um desafio estratégico para o próximo ano, que é cada vez mais qualificar a condição ambiental das nossas propriedades. O Cadastro Ambiental Rural, que está em andamento, é um direito fundamental dos nossos produtores da agricultura familiar, um direito à qualidade ambiental das nossas propriedades.



Tudo isso compõe uma agenda extraordinária de melhoramento e de melhorias para a nossa atividade rural. A ANATER, que foi aqui registrada, quer ter a positiva ambição de ser a irmã gêmea da EMBRAPA, meu companheiro Maurício.

Tão importante e tão exemplar quanto a produção da pesquisa e do conhecimento – e o conhecimento cada vez mais regionalizado, vinculado às vocações regionais do nosso País – é a capacidade de transferir este conhecimento para os milhões e milhões de homens e mulheres que produzem no nosso País.

A Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff, começa a viver a partir deste ano, e nós queremos que seja uma instituição exemplar, tão exemplar quanto a EMBRAPA, e que tenha a capacidade de não só nacionalizar o direito à assistência técnica, mas também universalizar a assistência técnica e o direito ao conhecimento a todo o povo que trabalha no meio rural brasileiro.

Portanto, nós estamos felizes com o que construímos, e construímos muito ao longo dos últimos anos.

Eu quero registrar, por fim, que, para o nosso Governo, aquilo que talvez seja um dos maiores patrimônios da sociedade brasileira, dos agricultores familiares, homens e mulheres, do nosso País, aquilo que talvez seja um dos maiores patrimônios em que o Brasil se torna referência mundial, é o processo democrático de construção dessas políticas que estamos homenageando no dia de hoje.

Talvez o maior patrimônio que a sociedade brasileira, que a experiência democrática brasileira, o maior patrimônio que a construção da República brasileira ofereça aos nossos povos irmãos, aos nossos países irmãos, sejam a riqueza e a qualidade do processo democrático que, ao longo dos últimos anos, estamos exercitando; um diálogo permanente com as lideranças sociais do campo brasileiro; um diálogo capaz de reconhecer a diversidade destes movimentos; um diálogo capaz de reconhecer a diversidade entre homens e mulheres e jovens no meio rural brasileiro; um diálogo capaz de reconhecer a imensa e fabulosa diversidade do meio rural brasileiro.

É este ambiente democrático de profundo respeito que o nosso Governo exercita diariamente com os movimentos sociais que tem sido o ambiente fundamental para que nós pudéssemos comemorar tantas conquistas corretas construídas ao longo desses últimos anos e que nos estimulam cada vez mais a dar prosseguimento a este avanço.

Eu quero, portanto, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, cumprimentar o Congresso Nacional por esta iniciativa e cumprimentar os milhões de homens e mulheres que, no meio rural brasileiro, com o seu trabalho, com a sua dedicação, com a sua esperança, com a sua sabedoria, constroem a Nação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada, Ministro Miguel Rossetto. A presença de V.Exa. muito nos honra nesta sessão solene em que comemoramos o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Com a palavra a Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas antes de nossa convidada iniciar, eu gostaria de passar à Mesa um pronunciamento que faço também em homenagem a esta data, em nome da nossa bancada do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB em decorrência do adiantado da hora. Fazemos questão de registrar o nosso apoio neste ano tão importante da agricultura familiar.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Será registrado, Senadora Vanessa.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, O PRONUNCIAMENTO DA SRª SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN**

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB-AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, a decisão da Organização das Nações Unidas de instituir o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar tem como objetivo chamar a atenção das autoridades e da sociedade em geral para a importância desse segmento produtivo no que respeita à segurança alimentar e à preservação da biodiversidade.

Visa, também, reivindicar o estabelecimento ou o aprimoramento de políticas públicas para milhões de famílias que, apesar de responderem por considerável parcela da produção de alimentos, sobrevivem com dificuldades e são extremamente vulneráveis às oscilações do mercado e aos impactos climáticos.

Os números relativos à agricultura familiar são significativos e surpreendentes, como destacaram, em recente evento, o Secretário-Geral da ONU, Ban-Ki-moon, e o diretor-geral da Organização Internacional para a Agricultura – FAO, José Graziano da Silva. Durante o Fórum Global sobre Agricultura Familiar, realizado em março na Hungria, ambos pediram aos governos de todo o mundo que aumentem o apoio a esses pequenos produtores com o objetivo de ganhar a luta contra a fome.

É com toda satisfação, portanto, Sr. Presidente, que nos unimos, nesta Sessão Solene convocada pelo Congresso Nacional, para atender aos apelos da ONU e da FAO, ao mesmo tempo em que prestamos nossas homenagens e nossa solidariedade às famílias de agricultores de todo o Brasil.

O mencionado Fórum Global, realizado na Hungria e organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural daquele País, como parte das festividades programadas pela ONU, atraiu governantes, produtores rurais, pesquisadores e ativistas de todo o mundo, interessados em debater questões relativas ao abastecimento alimentar. Na ocasião, divulgou-se um estudo da FAO, contemplando 93 países, que aponta serem os agricultores familiares responsáveis por mais de 90% da produção agrícola.

Por definição, agricultores familiares são aqueles pequenos e médios agricultores que trabalham e produzem, predominantemente com a participação de seus familiares, e que têm na atividade agrícola parcela considerável dos seus rendimentos.

Apesar de responsáveis por enorme volume de produção, como se sabe, os pequenos agricultores não dispõem de capital em larga escala nem de infraestrutura para suportar intempéries e oscilações do mercado. Assim, Sras. e Srs. Parlamentares, a ONU tem se empenhado em reivindicar dos governos que invistam em infraestrutura para melhorar as condições de armazenagem, processamento e transporte dos produtos, de forma a reduzir eventuais prejuízos dos agricultores e o desperdício de alimentos.

O brasileiro José Graziano, diretor-geral da FAO, destacou a necessidade de garantir o acesso aos recursos da terra e da água, de fortalecer os investimentos públicos, de investir em pesquisas e em programas de proteção social.

No Brasil e em toda a América Latina, a situação é semelhante à que se observa em todo o mundo. No ano passado, a FAO, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IIGA promoveram um encontro de ministros da agricultura, de toda a região, em Buenos Aires. Na ocasião, foi divulgado o relatório *Perspectivas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nas Américas 2014*, documento segundo o qual a agricultura familiar responde por 53% dos empregos do setor agrícola na Argentina e 77% no Brasil.

Sr. Presidente, os dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB confirmam aqueles apresentados no relatório. De acordo com a CONAB, a agricultura gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde, no nosso País, por cerca de 40% da produção agrícola. Além disso, o que é mais importante, é responsável por sete em cada dez empregos no campo.

Além disso, a agricultura familiar favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, incluindo-se a diversificação de cultivos, a manutenção do patrimônio genético e o uso em menor escala de insumos industriais.

Entretanto, a agricultura familiar tem sido relegada a segundo plano pelas nossas políticas públicas, o que gera uma frustração muito grande nesses pequenos produtores, que muitas vezes se veem explorados por intermediários e vulneráveis à oscilação de preços.

Esse panorama vem sofrendo alterações nos últimos tempos, felizmente, com a adoção de políticas públicas adequadas que tendem a minimizar as dificuldades enfrentadas por esse segmento. Há que destacar, por exemplo, a Compra Direta da Agricultura Familiar, que é a aquisição de alimentos, administrada pela própria CONAB, a preços de referência, em polos de compra junto aos locais de produção; ou o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), criado em 2006, que visa assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores financiados pelo PRONAF. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também é uma iniciativa de grande importância, Sr. Presidente. Instituído em 2003 e regulamentado em 2008, esse programa promove a aquisição de alimentos diretamente aos agricultores familiares ou junto às suas associações e cooperativas, sem intermediários e sem licitações, com preço recompensador.

O PAA representa um marco na política agrícola brasileira e tem contribuído para melhorar o padrão de vida dos agricultores familiares, bem como para promover o desenvolvimento sustentável nas áreas mais carentes do meio rural. Entre 2003 e 2010, Sras. e Srs. Parlamentares, os recursos do PAA saltaram de 144 milhões para 680 milhões de reais por ano, totalizando 3 bilhões e 400 milhões de reais no período.

Não se pode ignorar, entre os instrumentos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que impõe a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar, junto aos agricultores familiares.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 aprimora as políticas públicas implantadas nos últimos anos, com foco no aumento da renda, na inovação e na tecnologia. Com recursos da ordem de



21 bilhões de reais, o Plano Safra em vigor reduz os juros das principais linhas de custeio e aumenta os limites de financiamento ao investimento para 150 mil reais ou, dependendo do segmento, até 300 mil reais.

Também no meu Estado do Amazonas, a agricultura familiar tem recebido um tratamento mais condizente com sua importância. Nos últimos dez anos, por exemplo, a Secretaria de Educação investiu 162 milhões na compra de alimentos da merenda escolar junto aos pequenos produtores rurais. Essa medida é altamente significativa quando se sabe que nada menos que 94% da produção do setor primário, no Amazonas, é garantida pela agricultura familiar.

Outro dado que revela a importância dada à agricultura familiar no meu Estado, refere-se aos recursos do crédito rural, concedido em parceria. Em 2007, esse montante era de 35 milhões. A Secretaria de Produção Rural, comandada pelo então secretário Eron Bezerra, em parceria com o Governo Federal, elevou esse montante, em 2012, para cerca de 200 milhões de reais.

Esses dados, do Estado do Amazonas e do Governo brasileiro, confirmam o reconhecimento da agricultura familiar como um segmento da maior importância, não apenas para garantir o abastecimento, mas também para gerar empregos e melhorar a qualidade de vida no campo, para preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável.

Nossos pequenos agricultores merecem ainda muito mais do que temos feito, Sr. Presidente. Entretanto, é gratificante observar que no Brasil, e em todo o mundo, como comprova a decisão da ONU de instituir o Ano Internacional da Agricultura Familiar, esse segmento a cada dia tem sido mais reconhecido e valorizado. Por tudo o que representa a agricultura familiar, é com prazer que me associo a esta homenagem promovida pelo Congresso Nacional. Nesta ocasião, faço questão de exaltar a atuação do agricultor familiar; e, sobretudo, de aprofundar meu reconhecimento e meu apoio às ações que visem melhorar suas condições de vida e de trabalho. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido para fazer uso da palavra a Sra. Alessandra da Costa Lunas, Secretária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

**A SRª ALESSANDRA DA COSTA LUNAS** – Inicialmente, na roça a gente costuma dizer boa tarde só depois que almoça. Então, vou dizer bom dia ainda, porque eu acho que muitos aqui também ainda não almoçaram.

Saúdo com muito carinho a nossa companheira Senadora Angela Portela, que preside esta Mesa. Para nós é muito importante poder ver, não só neste momento com esta pauta colocada à Mesa, mas também pela importância de ver uma mulher presidindo uma sessão no Senado. Sempre nos enche de orgulho termos mulheres também representando esses espaços.

Saúdo também, de maneira muito carinhosa, e aproveito para estender essa saudação pela importância da convocação e do compromisso para que esta sessão solene pudesse acontecer, meus três companheiros de luta, agricultores familiares: Deputada Luci Choinacki, Deputados Assis e Anselmo, que nos antecederam, colocando um pouco das nossas histórias de luta.

Eu não poderia deixar de fazer uma saudação especial ao nosso companheiro de muitas lutas, Padre João, de muitos diálogos que o vimos construindo.

Em nome do Ministro Miguel Rossetto, saúdo também os demais representantes na Mesa, tanto o Presidente da EMBRAPA, como o das Nações Unidas, Jorge. Para nós é sempre muita honra podermos dialogar em torno do Ano Internacional da Agricultura Familiar com essas instituições.

Eu não poderia deixar de estender aqui minha saudação aos nossos companheiros e companheiras, aqui presentes, dos demais movimentos sociais, tanto da CONTAG, conjuntamente comigo, mas também as companheiras do Movimento de Mulheres Campesinas, aqui representadas, das companheiras da Via Campesina – o Alexandre está ali no fundo ainda, nosso companheiro de muitas histórias e lutas no campo.

Saúdo também os demais presentes de outras instituições.

Eu não poderia, neste momento, deixar de dizer e fazer justiça inclusive ao que significa o Ano Internacional da Agricultura Familiar, mais do que um ano de comemoração dos avanços que nós já temos em torno das políticas de fortalecimento da agricultura familiar.

O Ano Internacional da Agricultura Familiar por si só já é uma conquista, porque quando a Assembleia das Nações Unidas conseguiram aprovar o Ano Internacional da Agricultura familiar, eu preciso registrar, porque nós tínhamos mais de 2 anos de luta, de mais de 360 organizações no mundo inteiro, para que esse ano pudesse ser declarado.

Esse é um dos diferenciais desde o nascedouro do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Ele é significado e resultado dessa luta unitária e conjunta dos produtores de alimentos de pequena escala do mundo inteiro. Talvez reunidos, porque não é fácil olhar para todo mundo, para todos os continentes e ter um conceito que reúne e que todos se vejam identificados.

O termo agricultura familiar carrega o peso que significa essa unidade conjunta de pescadores de pequena escala, de pastores, de extrativistas, enfim, é uma lista grande olhando para o mundo inteiro, por trás efetivamente de quem garante a soberania alimentar mundial.

Então, eu quero aqui iniciar com isso, porque esse é o primeiro tema que queremos trazer à Mesa, essa unidade de luta conjunta. Não é à toa que se mobilizam organizações no mundo inteiro, assim como a CONTAG, como a Via Campesina, que está aqui, e muitos outros movimentos. É exatamente para dialogar com a sociedade do mundo inteiro sobre o que significa e o papel que cumpre a agricultura familiar, campesina indígena, como nós adotamos na América Latina, para uma unidade também. Pena que o Senador Wellington já teve de se retirar, pois quero dizer da nossa gratidão, da necessidade dessa troca de experiência, desse conhecimento milenar que a agricultura familiar indígena tem para compartilhar na América Latina inclusive com os demais continentes. Por isso que na América Latina nós estamos chamando de Ano Internacional da Agricultura Familiar Campesina Indígena.

Quero dizer que esse diálogo que nós queremos fazer com a sociedade é no sentido de que cada pessoa pare e reflita, não só agora no Ano Internacional, mas que reflita, quando das mobilizações do Grito da Terra, do Abril Vermelho, da Jornada da FETRAF, enfim, da Marcha das Margaridas, gritando por reforma agrária. Que as pessoas vejam, parem e pensem no alimento que vem à nossa mesa todos os dias. Qual é a conjuntura? O que estão passando e vivendo essas famílias que produzem esses alimentos? Por que é que o grito por reforma agrária continua cada vez maior? As pessoas muitas vezes não compreendem o que tem a ver a concentração da terra com a alta do preço dos alimentos na sua mesa todos os dias, e assim por diante.

Eu não vou aqui me estender, porque acho que as pautas de reivindicação são muitas, mas a primeira reivindicação do Ano Internacional é exatamente com a sociedade, para que pare e reflita: que alimentos eu estou comendo? O que está vindo à minha mesa?

Pelo direito humano, alimentação saudável, o olhar para a agricultura familiar e o seu papel nesse processo!

Pretendemos colocar na Mesa dos governos, do Parlamento essa discussão. Que bom ter este momento de dialogar, com a presença de vários Senadores e de vários Deputados Federais, dialogar com os espaços que constroem políticas públicas, seja no Parlamento, no Executivo, onde quer que tenhamos de dialogar, nos Municípios, nos Estados, e em âmbito nacional e internacional, sobre a importância de políticas públicas para fortalecimento da agricultura.

Não posso deixar de reconhecer o papel que cumpre o Brasil hoje nesse cenário. Nós somos a menina dos olhos para o mundo inteiro, porque – eu não vou repetir, porque os que me antecederam já trouxeram o leque de políticas públicas que podemos ter hoje aqui no Brasil, como referência para o fortalecimento da agricultura familiar, que não são só as políticas agrárias, mas todas as demandas trazidas há meses pela agricultura familiar, um rol grande de demandas. É preciso sentar e colocar efetivamente que o Ano Internacional nos sirva como um marco diferencial de agora por diante, não só para este ano. Que esse marco de construção de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar dos diversos países efetivamente seja um diferencial no rumo das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no mundo todo, pela garantia da soberania alimentar mundial. E é nesse sentido que nós estamos dialogando, não só com o Parlamento, com os Governos, colocando as pautas efetivamente na mesa, criando comitês do Ano Internacional da Agricultura Familiar em muitos países, para efetivamente construir e discutir essas políticas com a sociedade civil. Essa é uma outra demanda que o Ano Internacional traz com força à mesa. Mais uma vez, o Brasil tem um diferencial para mostrar, que é resultado da construção conjunta do diálogo entre sociedade civil e Governo. Senão, nós não teríamos essa lista de políticas hoje no Brasil. Então, é preciso contagiar o mundo. O Brasil tem muita responsabilidade. Os passos que o Brasil dá hoje são contagiante nos outros continentes, e nós queremos que eles possam fortalecer, seja na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL, que é o único espaço de construção de política pública para agricultura familiar, entre governo e sociedade civil para o mundo inteiro.

Que possamos, então, contagiar os demais continentes, com resultados para a agricultura familiar efetivamente.

Para encerrar, eu não poderia deixar de dizer, estando aqui, no Senado, numa audiência conjunta do Congresso Nacional, da importância desta Casa no compromisso desse marco nas políticas. Os companheiros que me antecederam já disseram da importância para nós reconhecer o que foi a votação da Medida Provisória nº 636, que significa para nós um grande diferencial na vida, no campo brasileiro, um passo fundamental, assim como a PEC do Trabalho Escravo e vários outros compromissos que têm vindo a esta Casa.

Eu queria conclamar todos, para que o Brasil seja o primeiro país signatário para regulamentar as diretrizes de acesso à terra e aos recursos naturais que hoje são voluntários, a primeira conquista da sociedade civil no âmbito mundial para que o Brasil possa sair na frente e efetivamente consigamos botar a mão na massa e rever inclusive muitas das nossas legislações, para que o nosso País garanta o acesso à terra e o avanço como diretriz vinculante e não apenas voluntária, como está aprovada no âmbito mundial.

Eu teria muitas coisas para dizer, mas sei que o avançado da hora não nos permite mais. Ressalto a importância da discussão dessas políticas públicas, dessa reivindicação conjunta. O Brasil, mais uma vez, põe na Mesa: paridade nas políticas públicas, exatamente todas as demandas que nós temos trazido em diálogo e condição conjunta, com as mulheres e homens. Tudo, para que realmente se construa o olhar para um desenvolvimento rural sustentável, os avanços que nós construímos agora, colocando à Mesa no marco do Ano Internacional da Agricultura Familiar um novo Plano Nacional de Desenvolvimento Rural que nós comemoramos, com esse marco. Que inclusive também o desenvolvimento rural brasileiro possa aparecer efetivamente com paridade nas políticas públicas.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Muito obrigada por sua presença nesta sessão solene, Alessandra.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Convido agora o Presidente da EMBRAPA, Maurício Antônio Lopes, último orador inscrito para falar nesta sessão solene.

**O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES** – Sra. Presidente, boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Angela Portela, também a Deputada Luci Choinacki e o Deputado Padre João, parabenizando-os pela iniciativa de organizar esta sessão solene conjunta do Congresso Nacional em homenagem ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, cumprimentar meu caro Ministro Miguel Rossetto, grande líder do nosso MDA, que leva adiante um poderoso conjunto de políticas públicas que tanto contribuem para a inclusão produtiva dos nossos agricultores.

Cumprimento também o representante das Nações Unidas, Sr. Jorge Chediek, também meu caro Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil, parabenizando a FAO e as Nações Unidas pela decisão de nomear o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Cumprimento também a Sra. Alessandra da Costa Nunes, representante da CONTAG; meus caros colegas da EMBRAPA, a Vice-Presidente de Negócios dos Correios, Morgana Cristina Santos.

Eu gostaria de muito rapidamente de destacar o que eu entendo talvez o aspecto mais importante dessa definição do ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Eu acho que essa decisão das Nações Unidas e da FAO contribui para fortalecer algo que nós temos que ressaltar sempre, que está definitivamente colocado na agenda da sociedade: a temática da sustentabilidade. A sustentabilidade nas suas três dimensões: na dimensão econômica, na dimensão ambiental e principalmente na dimensão social. O que estamos discutindo aqui em relação à agricultura familiar, que é um tema de importância maior, bem dito por todos os oradores, não só para o nosso País, mas para o mundo, traz e coloca em evidência o grande desafio que nós ainda temos no mundo e no Brasil de lidar com passivos que ainda persistem nessa dimensão tão importante, que é a dimensão social.

Nós tivemos avanços extraordinários no mundo e no País, avanços e ganhos econômicos, o crescimento da classe média. O Brasil avançou de uma situação de País dependente até os anos 60, 70, importador de alimentos; conseguiu superar isso, conseguiu alcançar segurança alimentar, e mais: projetar-se como um grande provedor de alimentos para o mundo. Estamos avançando a passos largos na dimensão ambiental tão crítica, tão importante, com políticas públicas corajosas, como foi a discussão do Código Florestal aqui nesta Casa – um avanço extraordinário, que coloca o País em posição destacada no mundo.

Mas nós temos que ganhar cada vez mais consciência de que ainda temos passivos importantes, apesar de todos os ganhos que tivemos na dimensão social, no avanço e no ganho econômico de todos os brasileiros ao longo das últimas décadas. Ainda temos passivos importantes, principalmente nessa dimensão tão importante que é da agricultura, dos pequenos agricultores, dos trabalhadores da floresta, dos pescadores e de todos aqueles que compõem esse conjunto que nós chamamos de agricultura familiar.

Eu acho importante, eu, que represento uma instituição de ciência, também destacar o quanto compreendido está que, para lidar com essas dimensões, nós temos que ser hábeis em combinar soluções de duas dimensões principalmente. Na dimensão da ciência, que é motor do desenvolvimento, trazendo conhecimento, informação, tecnologia, para superarmos os desafios no âmbito das três dimensões da sustentabilidade, mas também das políticas públicas.

A combinação de esforços no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico e também na construção e na melhoria das políticas públicas e a conjunção, e a integração, e a busca de sinergia entre esses fatores é que nos farão avançar.

E, de novo, Ministro Rossetto, o Brasil dá exemplos, o Brasil sai na frente pelo que conseguiu construir ao longo das últimas décadas, pelo aparato de inovação tecnológica, não só da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –, mas também das nossas universidades, dos institutos estaduais. Agora há essa decisão importantíssima da nossa Presidenta de construir um aparato de transferência de tecnologia, de fazer fluir conhecimento para os nossos agricultores; o Brasil construir um aparato de geração de conhecimento, de informação, de tecnologia fundamental.

E o Brasil está dando mostras também de que entende que isso precisa ser combinado com políticas de estímulo, de suporte, de remoção de limitações, de dificuldades. A combinação de ciência e política pública está fazendo a grande diferença para o nosso País.

Então, é essa a mensagem que eu gostaria de deixar em um momento em que discutimos e nos aprofundamos cada vez mais nos desafios que ainda restam, nos passivos que ainda temos que superar nessa dimensão tão importante, tão crítica da sustentabilidade, que é a dimensão social, que é a superação da pobreza, da exclusão.

A nossa empresa EMBRAPA está totalmente engajada nessa agenda, trabalhando em grande sintonia com as agências, com os Ministérios, o nosso MDA, no sentido de construirmos cada vez mais uma sinergia, uma interação cada vez mais potente, cada vez mais eficiente entre esses dois conjuntos: ciência, tecnologia, inovação, conhecimento e capacitação para todos os brasileiros e políticas públicas que façam com que essas coisas aconteçam no mundo real.

Para mostrar o engajamento da nossa empresa com essa agenda, eu gostaria de informar que só neste ano de 2014 a EMBRAPA programou mais de 400 eventos em homenagem ao Ano Internacional da Agricultura Familiar.

Nós somos uma empresa presente em todos os cantos do território nacional. Temos unidades desde 5 graus de latitude norte até 35 graus de latitude sul. Estamos presentes em todos os rincões do Brasil. Compreendemos os desafios de todas as agriculturas do Brasil. Estamos fazendo um esforço continuado, denso e, esperamos, muito competente, para ajudar o Brasil a superar essas dificuldades, essas limitações.

Haverá 400 eventos entre encontros, campos demonstrativos, capacitação, que é a marca do esforço da pesquisa brasileira, capitaneada, liderada pela empresa, para que coloquemos de forma definitiva os desafios, as oportunidades, ainda os passivos que temos que superar para que todos os agricultores alcancem o mercado, possam melhorar sua qualidade de vida e possam, com rapidez, superar todas as limitações que nós ainda temos a superar.

Para finalizar, gostaria de parabenizar a Senadora Angela Portela, a Deputada Luci Choinacki e o Deputado Padre João pela iniciativa de trazer para esta Casa essa discussão, colocá-la em evidência neste momento tão importante em que nós, todos juntos – ciência, políticas públicas e todas as instituições –, abraçamos esse desafio de integrar cada vez mais o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento científico e as políticas públicas para que o nosso País possa avançar.

É um grande prazer estar aqui de novo. Parabéns a esta Casa pela iniciativa!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Agradeço ao Presidente da EMBRAPA, Sr. Maurício Antônio Lopes.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Eu gostaria de registrar as presenças do Coordenador Geral da Via Campesina, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Sr. Alexandre Conceição; do Coordenador da Direção Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores, Sr. Anderson Amaro Silva dos Santos; da Coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas, Sra. Iridiane Seibert; e do Sr. João Intini, da CONAB, a quem agradeço as presenças.

Quero agradecer especialmente a cada Senador e cada Senadora, cada Deputado e cada Deputada, especialmente a Deputada Luci Choinacki, que está conosco, autora deste requerimento, ao Deputado Padre João, ao nosso Ministro Miguel Rossetto, a cada um de vocês dos movimentos sociais, sindicais, MST. Muito obrigada pela presença de cada um de vocês nesta sessão solene em que comemoramos o Ano Internacional da Agricultura Familiar Camponesa Indígena.

**A SRª PRESIDENTE** (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT-RR) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 34 minutos.)*



## COMISSÕES MISTAS

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO (Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à **composição de 2014: OFN nº 10/2014**

**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados <sup>2</sup>

#### COMPOSIÇÃO <sup>3</sup>

**Presidente:** Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) <sup>5</sup>  
**1º Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) <sup>5</sup>  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB/SP) <sup>5</sup>  
**3º Vice-Presidente:** Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP) <sup>5</sup>

**Relator do PLDO / 2015:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>7</sup>

**Relator do PLOA / 2015:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

**Relator da Receita:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)

#### Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	1. João Alberto Souza (PMDB/MA)
Romero Jucá (PMDB/RR)	2. Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Waldemir Moka (PMDB/MS)	3. Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>4</sup>
Ana Amélia (PP/RS)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PSOL)	
Gleisi Hoffmann (PT/PR)	1. João Capiberibe (PSB/AP)
Jorge Viana (PT/AC)	2. Angela Portela (PT/RR)
Zeze Perrella (PDT/MG)	3. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PRB)	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Gim (PTB/DF)
Mozarildo Cavalcante (PTB/RR) <sup>6</sup>	2.
<b>SD <sup>1</sup></b>	
Vicentinho Alves (SD/TO)	1. Ataídes Oliveira (PROS/TO)

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2014.

4- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

5- Mesa eleita em 25-3-2014.

6- Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

7- Nos termos do Of. Pres. N. 87/2014/CMO, do Presidente da CMO.

**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Beto Faro (PT/PA)	1. Assis Carvalho (PT/PI)
Devanir Ribeiro (PT/SP)	2. Geraldo Simões (PT/BA) <sup>17</sup>
Luiz Alberto (PT/BA)	3. Cláudio Puty (PT/PA) <sup>9</sup>
Pedro Uczai (PT/SC)	4. Reginaldo Lopes (PT/MG)
Waldenor Pereira (PT/BA)	5. Ronaldo Zulke (PT/RS)
<b>PMDB</b>	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Alceu Moreira (PMDB/RS)
Geraldo Resende (PMDB/MS)	2. João Magalhães (PMDB/MG) <sup>6</sup>
Gastão Vieira (PMDB/MA) <sup>6</sup>	3. Hermes Parcianello (PMDB/PR) <sup>11</sup>
Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>6</sup>	4.
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) <sup>11</sup>	5.
<b>PSDB</b>	
Luiz Fernando Machado (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF) <sup>12</sup>
Nilson Leitão (PSDB/MT)	2. Cesar Colnago (PSDB/ES) <sup>16</sup>
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	3.
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Eliene Lima (PSD/MT)
Jaime Martins (PSD/MG)	2. Roberto Dorner (PSD/MT)
Urzeni Rocha (PSD/RR) <sup>5</sup>	3. Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>5</sup>
<b>PP</b>	
Betinho Rosado (PP/RN)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
João Leão (PP/BA) <sup>10</sup>	2. Lázaro Botelho (PP/TO)
Vilson Covatti (PP/RS)	3. Sandes Júnior (PP/GO)
<b>PR</b>	
Luciano Castro (PR/RR)	1. João Carlos Bacelar (PR/BA)
Milton Monti (PR/SP)	2. João Maia (PR/RN)
<b>PSB</b>	
Alexandre Toledo (PSB/AL)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
Sandra Rosado (PSB/RN)	2. Paulo Foletto (PSB/ES)
<b>DEM</b>	
Felipe Maia (DEM/RN)	1. Carlos Melles (DEM/MG) <sup>13</sup>
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	2.
<b>SD</b>	
Henrique Oliveira (SD/AM) <sup>8</sup>	1. Benjamin Maranhão (SD/PB) <sup>8</sup>
<b>PTB</b>	
Wilson Filho (PTB/PB)	1. Arnon Bezerra (PTB/CE)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Paulo Wagner (PV/RN) <sup>14</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP)
<b>PROS</b>	
Givaldo Carimbão (PROS/AL) <sup>7</sup>	1. Dr. Jorge Silva (PROS/ES) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)
<b>PCdoB</b>	
Daniel Almeida (PCdoB/BA)	1. João Ananias (PCdoB/CE)
<b>PSC</b>	
Silvio Costa (PSC/PE)	1. Filipe Pereira (PSC/RJ) <sup>15</sup>



PRB	
Cleber Verde (PRB/MA)	
PSOL <sup>1</sup>	
Ivan Valente (PSOL/SP) <sup>4</sup>	Chico Alencar (PSOL/RJ) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

4- Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

5- Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

6- Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

7- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

8- Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SD.

9- Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

10- Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

11- Designados o Deputado Hermes Parciannelo, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

12- Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13- Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

14- Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

15- Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

16- Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17- Designado o Deputado Geraldo Simões, como membro suplente, em substituição ao Deputado Márcio Macedo, em 13-5-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT.

**Secretária:** Maria do Socorro de L. Dantas

**Telefones:** (61) 3216-6892 / 3216-6893

**Fax:** (61) 3216-6905

**E-mail:** cmo@camara.gov.br

**Local:** Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****Relator do PLDO / 2014:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)**Relator do PLOA / 2014:** Senador Romero Jucá (PMDB/RR)**Relator da Receita:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)**RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014**

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
II – Saúde	Senador Jorge Viana (PT/AC)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS)
VII – Justiça e Defesa	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP/BA)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD/PR)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Izalci (PSDB/DF)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
PMDB	João Alberto Souza (PMDB/MA)
SD	Vicentinho Alves (SD/TO)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PSD	Urzenir Rocha (PSD/RR)
PSC	Silvio Costa (PSC/PE)
PSDB	Nilson Leitão (PSDB/MT)
PSOL	Ivan Valente (PSOL/SP)
PSDB	Izalci (PSDB/DF)
PROS	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
PMDB	João Magalhães (PMDB/MG)
DEM	Felipe Maia (DEM/RN)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
PTB	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
PSDB	Cyro Miranda (PSDB/GO)

**Câmara dos Deputados**

Bloco / Partido	Membros
PT	Pedro Uczai (PT/SC)
PMDB	Sandro Mabel (PMDB/GO)
PSB	Alexandre Roso (PSB/RS)
PSD	Roberto Dorner (PSD/MT)
PP	Betinho Rosado (PP/RN)
PRB	Cleber Verde (PRB/MA)
PPS	João Magalhães (PMDB/MG)
PDT	Marcos Rogério (PDT/RO)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PT	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
PP	Ana Amélia (PP/RS)
PMDB	Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PMDB	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
PR	Luciano Castro (PR/RR)
PSD	Moreira Mendes (PSD/RO)
PP	Lázaro Botelho (PP/TO)
PCdoB	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
PT	Assis Carvalho (PT/PI)
PT	Luiz Alberto (PT/BA)
SD	Benjamin Maranhão (SD/PB)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PSB	João Capiberibe (PSB/AP)
PSDB	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PR	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
PMDB	Gastão Vieira (PMDB/MA)
PR	João Maia (PR/RN)
PSD	Eliene Lima (PSD/MT)
PTB	Arnon Bezerra (PTB/CE)
PSB	Paulo Foleto (PSB/ES)
PP	Sandes Júnior (PP/GO)
PT	Ronaldo Zulke (PT/RS)
PSDB	Cesar Colnago (PSDB/ES)



**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados <sup>21</sup>**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** Deputado Alfredo Sikis (PSB/RJ) <sup>15, 20, 27, 39 e 40</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) <sup>15, 20, 27, 39 e 40</sup>  
**Relator:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>18, 20, 27, 39 e 40</sup>

**Instalação:** 9-4-2014 <sup>15, 20, 27 e 40</sup>**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)</b>	
Jorge Viana (PT/AC) <sup>7</sup>	1. Wellington Dias (PT/PI) <sup>7</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>7, 13 e 17</sup>	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) <sup>7</sup>
Blairo Maggi (PR/MT) <sup>7, 23, 26 e 37</sup>	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>7</sup>	4. <sup>7 e 17</sup>
Inácio Arruda (PCdoB/CE) <sup>22 e 38</sup>	5. <sup>22</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)</b>	
Valdir Raupp (PMDB/RO) <sup>3, 14, 28, 33 e 35</sup>	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>3 e 28</sup>
Eduardo Braga (PMDB/AM) <sup>3 e 29</sup>	2. Romero Jucá (PMDB/RR) <sup>3 e 29</sup>
Ciro Nogueira (PP/PI) <sup>3, 11, 12 e 29</sup>	3. <sup>3, 29</sup>
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>3, 18 e 29</sup>	4. <sup>3, 19 e 29</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) <sup>2</sup>	1. Jayme Campos <sup>2, 24 e 34</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>6, 10 e 25</sup>	2. <sup>6, 10, 28, 30, 31 e 32</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)</b>	
João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>4 e 29</sup>	1. <sup>8, 9 e 12</sup>
Cidinho Santos (PR/MT) <sup>38</sup>	2.
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>5 e 29</sup>	1.

**Notas:****1-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.**2-** Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.**3-** Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.**4-** Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.**5-** Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.**6-** Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.**7-** Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.**8-** Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.**9-** Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.**10-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.**11-** Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.**12-** Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.**13-** Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.**14-** Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.**15-** Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.**16-** Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.**17-** Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

- 18-** Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19-** Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20-** Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22-** Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24-** Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25-** Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26-** Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27-** Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29-** Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32-** Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33-** Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35-** Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 36-** Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 37-** O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
- 38-** Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
- 39-** Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008-CN).
- 40-** Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)



## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Fernando Ferro (PT/PE) <sup>2</sup>	1. <sup>2 18</sup>
Márcio Macêdo (PT/SE) <sup>2</sup>	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) <sup>2</sup>
<b>PMDB</b>	
Valdir Colatto (PMDB/SC) <sup>2, 5 e 6</sup>	1. Colbet Martins (PMDB/BA) <sup>2 e 22</sup>
André Zacharow (PMDB/PR) <sup>2, 9 e 10</sup>	2. Adrian (PMDB/RJ) <sup>10</sup>
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI) <sup>14 e 15</sup>	1. Felipe Bornier (PSD/RJ) <sup>14 e 25</sup>
Thiago Peixoto (PSD/GO) <sup>14 e 25</sup>	2. <sup>14</sup>
<b>PSDB</b>	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) <sup>2, 11 e 20</sup>	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>2 e 20</sup>
<b>PP</b>	
Gladson Cameli (PP/AC) <sup>2 e 21</sup>	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) <sup>2 e 21</sup>
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>2</sup>	1. <sup>2 e 8</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE) <sup>2, 18 e 24</sup>	1. <sup>2, 12 e 18</sup>
<b>PSB</b>	
Alfredo Sirkis (PSB/RJ) <sup>2, 17 e 23</sup>	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) <sup>2, 7, 13, 17</sup>
<b>PDT</b>	
Giovani Cherini (PDT/RS) <sup>2</sup>	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) <sup>2</sup>
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Sarney Filho (PV/MA) <sup>2 18</sup>	1. <sup>2 18</sup>
<b>PTB<sup>1</sup></b>	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) <sup>2 e 3</sup>	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) <sup>4</sup>

**Notas:**

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

- 16-** Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17-** Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18-** Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19-** Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20-** Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21-** Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22-** Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23-** Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
- 24-** Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
- 25-** Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

**Secretário:** José Francisco B. de Carvalho

**Telefone:** (61) 3303-3122

**E-mail:** mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450)



**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR  
DAS AMÉRICAS – FIPA**  
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados<sup>1</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB)</b>	
	1.
	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)</b>	
Roberto Requião (PMDB/PR) <sup>5</sup>	1.
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>3</sup>	1. Jayme Campos (DEM/MT) <sup>3, 6, 7, 8 e 9</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
	1.
	2.
<b>PSOL<sup>2</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) <sup>4</sup>	1.

**Notas:**

**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

**3-** Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

**4-** Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

**5-** Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

**6-** O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

**7-** Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

**8-** Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

**9-** Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes

**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI**(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)  
(Resolução nº 2, de 2013-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>4, 10</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>4, 10</sup>

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG) <sup>6</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) <sup>1</sup>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> VICENTINHO (PT-SP)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> WILDER MORAIS (DEM-GO) <sup>3 e 7</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u></b> NELSON PELLEGRINO (PT/BA) <sup>12</sup>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) <sup>5</sup>
<b><u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u></b> LUIZ CARLOS HAULY (PSDB/PR) <sup>9</sup>	<b><u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b>
<b><u>DEPUTADO ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> HUGO NAPOLEÃO (PSD/PI) <sup>11</sup>	<b><u>SENADOR ELEITO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> MOZARILDO CAVALCANTI (PTB/RR) <sup>8</sup>

**Notas:**

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
- 6- Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
- 7- Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 8- Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
- 9- Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
- 10- Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
- 11- Em 7-4-2014, o Deputado Hugo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
- 12- Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
**Secretaria de Comissões (SCOM)**  
**Diretor:** Flávio Roberto de Almeida Heringer  
**Telefones:** (61) 3303-3487 / 3303-4440  
**E-mail:** scomgab@senado.gov.br  
**Endereço na Internet:** www.senado.gov.br/ccai

# COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados <sup>1</sup>

## COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>5</sup>	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) <sup>5</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5</sup>	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>5</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>	3.
Paulo Davim (PV/RN) <sup>5</sup>	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)</b>	
Ana Rita (PT/ES) <sup>4</sup>	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>4</sup>
Angela Portela (PT/RR) <sup>4</sup>	2. João Capiberibe (PSB/AP) <sup>4</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>4</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>4</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
	1. Lúcia Vânia <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)</b>	
Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>6</sup>	1. Gim (PTB/DF) <sup>6</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>6</sup>	2.
<b>PROS <sup>2</sup></b>	
	1.

#### Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA - CMCPLP**  
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Número de membros:** 4 Senadores e 6 Deputados <sup>1</sup>

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) <sup>2</sup>	
	1.

**Notas:**

**1-** Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

**2-** Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO**

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Presidente: Senador Renan Calheiros**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia**

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional



## COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

## ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

## Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) <sup>1</sup></b>	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) <sup>5</sup>	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) <sup>5</sup>
Eunício Oliveira (PMDB/CE) <sup>5</sup>	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) <sup>5, 13</sup>
Clésio Andrade (PMDB/MG) <sup>5</sup>	3. <sup>5 e 11</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PRB) <sup>1</sup></b>	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) <sup>2</sup>	1. Pedro Taques (PDT/MT) <sup>7</sup>
Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>2</sup>	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) <sup>7</sup>
Paulo Paim (PT/RS) <sup>2 e 7</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Cyro Miranda (PSDB/GO) <sup>2</sup>	1. <sup>6 e 10</sup>
Wilder Moraes (DEM/GO) <sup>2 e 8</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Alfredo Nascimento (PR/AM) <sup>3</sup>	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>3</sup>
Gim (PTB/DF) <sup>3</sup>	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) <sup>3</sup>
<b>PSD <sup>4</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>2</sup>	1. <sup>2, 8, 9 e 12</sup>

**Notas:**

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

13- Em 26-3-2014, o Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 26-3-2014, conforme RQS nº 267/2014, deferido na sessão de 26-3-2014.

## Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) <sup>1</sup>
Luiz Pitiman (PSDB/DF) <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>1</sup>
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) <sup>1</sup>
DEM	
Augusto Coutinho (SD/PE) <sup>1</sup>	1. João Bittar (DEM/MG) <sup>1</sup>
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SD/DF) <sup>1</sup>	1.
PTB	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Dirator:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza <sup>1</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro <sup>1</sup>

**Relator:** Senador Romero Jucá <sup>1</sup>

**Instalação:** 12-3-2013 <sup>1</sup>

**Prazo Final:** 11-5-2013

**Prazo Final Prorrogado:** 11-7-2013 <sup>2</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 9-9-2013 <sup>3</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013 <sup>4</sup>

**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014 <sup>5</sup>

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

**Notas:**

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho

**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

**Presidente:** Deputado Cândido Vaccarezza<sup>1</sup>  
**Relator:** Senador Romero Jucá<sup>2</sup>

**Instalação:** 2-4-2013<sup>2</sup>  
**Prazo Final:** 30-9-2013<sup>4</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 23-12-2013<sup>6</sup>  
**Prazo Final Prorrogado:** 22-12-2014<sup>13</sup>

### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) <sup>9</sup>
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) <sup>10</sup>
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) <sup>3</sup>	Esperidião Amin (PP/SC) <sup>12</sup>
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Júlio Delgado (PSB/MG) <sup>14</sup>
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Rodrigo Maia (DEM/RJ) <sup>14</sup>
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antonio Britto (PTB/BA) <sup>14</sup>
João Maia (PR/RN) <sup>5 e 9</sup>	Benedita da Silva (PT/RJ) <sup>14 e 15</sup>

### Senado Federal

Titulares	Suplentes <sup>7</sup>
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>7 e 8</sup>
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>7</sup>
Walter Pinheiro (PT/BA) <sup>12</sup>	Ruben Figueiró (PSDB/MS) <sup>11</sup>
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5 e 7</sup>	

#### Notas:

- 1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
- 2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
- 3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.
- 4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.
- 5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.
- 6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.
- 7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.
- 8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.
- 9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.
- 10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.
- 11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.
- 12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.
- 13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.
- 14 - Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014.
- 15 - Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

#### Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

**Número de membros:** 15 Senadores e 15 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:** 27-5-2014
- **Instalação da Comissão:** 28-5-2014
- **Prazo final da Comissão:** 7-12-2014

**Presidente:** Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)  
**Vice-Presidente:** Senador Gim (PTB/DF)  
**Relator:** Deputado Marco Maia (PT/RS)

**Senado Federal<sup>1</sup>**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
João Alberto Souza (PMDB/MA)	1.
Valdir Raupp (PMDB/RO)	2.
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	3.
Sérgio Petecão (PSD/AC)	4.
Ciro Nogueira (PP/PI)	5.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)<sup>1</sup></b>	
José Pimentel (PT/CE)	1. Jorge Viana (PT/AC)
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Humberto Costa (PT/PE)	3. Ana Rita (PT/ES)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	4. Paulo Paim (PT/RS)
Aníbal Diniz (PT/AC)	5. Wellington Dias (PT/PI)
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
Alvaro Dias (PSDB/PR)	1. Ruben Figueiró (PSDB/MS)
Mário Couto (PSDB/PA)	2. Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Jayme Campos (DEM/MT)	3. José Agripino (DEM/RN)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)</b>	
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)	1. Eduardo Amorim (PSC/SE)
Gim (PTB/DF)	2. Cidinho Santos (PR/MT)
<b>PROS<sup>2</sup></b>	
Ataídes Oliveira (PROS/TO)	1.

**Notas:**

- 1-** Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.  
**2-** Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**Câmara dos Deputados<sup>1</sup>**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Marco Maia (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Sibá Machado (PT/AC)	2. Iriny Lopes (PT/ES)
<b>PMDB</b>	
Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	1. João Magalhães (PMDB/MG)
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)	2. Sandro Mabel (PMDB/GO)
<b>PSD</b>	
Hugo Napoleão (PSD/PI)	1. Jaime Martins (PSD/MG)
José Carlos Araújo (PSD/BA)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PSDB</b>	
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	1. Izalci (PSDB/DF)
<b>PP</b>	
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	1. José Otávio Germano (PP/RS)
<b>DEM</b>	
Rodrigo Maia (DEM/RJ)	1. Onyx Lorenzoni (DEM/RS)
<b>PR</b>	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	1. Aelton Freitas (PR/MG)
<b>PSB</b>	
Júlio Delgado (PSB/MG)	1. Alexandre Roso (PSB/RS)
<b>SD</b>	
Fernando Francischini (SD/PR)	1. Simplício Araújo (SD/MA)
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Rubens Bueno (PPS/SP)	1. Eurico Júnior (PV/RJ)
<b>PTB</b>	
Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
<b>PROS</b>	
Marcio Junqueira (PROS/RR)	1. Hugo Leal (PROS/RJ)
<b>PDT<sup>2</sup></b>	
Enio Bacci (PDT/RS)	1. Marcos Rogério (PDT/RO)

**Notas:**

1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 3, de 2014-CN)

**Finalidade:** Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa "SMB Offshore"; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

**Número de membros:** 15 Senadores e 15 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 15-4-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

---

**Notas:**

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.  
2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

(Requerimento nº 4, de 2014-CN)

**Finalidade:** destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

**Número de membros:** 13 Senadores e 13 Deputados <sup>1 e 2</sup>

- **Leitura:** 7-5-2014
- **Designação da Comissão:**
- **Instalação da Comissão:**
- **Prazo final da Comissão:**

---

**Notas:**

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.  
2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**CONSELHOS E ÓRGÃO****CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

**COMPOSIÇÃO****Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

<b>MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>MESA DO SENADO FEDERAL</b>
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> (vago)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Jorge Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Fábio Faria (PSD-RN)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Romero Jucá (PMDB-RR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Simão Sessim (PP-RJ)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Angela Portela (PT-RR)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Biffi (PT/MS)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Vicentinho (PT/SP)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Domingos Sávio (PSDB-MG)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u></b> Wilder Moraes (PSDB-PA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Vicente Candido (PT/SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 25.03.2013)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Senado Federal – Anexo II - Térreo  
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258  
scop@senado.gov.br



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**(13 titulares e 13 suplentes)<sup>1</sup>

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**<sup>2</sup>Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**<sup>2</sup>

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	<b>WALTER VIEIRA CENEVIVA</b>	<b>DANIEL PIMENTEL SLAVIERO</b>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b>	<b>MÁRCIO NOVAES</b>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	<b>ALEXANDRE KRUEL JOBIM</b>	<b>LOURIVAL SANTOS</b>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	<b>ROBERTO FRANCO</b>	<b>LILIANA NAKONECHNYJ</b>
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	<b>MARIA JOSÉ BRAGA</b>
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>JOSÉ CATARINO NASCIMENTO</b>	<b>VAGO</b> <sup>3</sup>
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	<b>JORGE COUTINHO</b>	<b>MÁRIO MARCELO</b>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	<b>LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA</b>	<b>PEDRO PABLO LAZZARINI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>MIGUEL ANGELO CANÇADO</b>	<b>WRANA PANIZZI</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b>	<b>PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>RONALDO LEMOS</b>	<b>VAGO</b> <sup>4</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>JOÃO MONTEIRO FILHO</b>	<b>VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)</b>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	<b>FERNANDO CESAR MESQUITA</b>	<b>LEONARDO PETRELLI</b>

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

**Notas:**

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA  
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
 Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258  
[ssccn@senado.gov.br](mailto:ssccn@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>  
 E-mail: [sglcn@senado.gov.br](mailto:sglcn@senado.gov.br)  
 Informações: (61) 3303-4050

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

**I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES****Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Lílíana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

**Coordenador:** José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

**Coordenador:** Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)



**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)



**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****Resolução nº 1/2011-CN****COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>****37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ <sup>13</sup>
IARA BERNARDI <sup>14</sup>	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
<b>PMDB</b>	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
IRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
<b>PSDB</b>	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO <sup>3,10</sup>
Vago <sup>12</sup>	
Vago <sup>4</sup>	
<b>PSD</b>	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
<b>PP</b>	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
<b>PR</b>	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
<b>PSB</b>	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO <sup>6</sup>	LEOPOLDO MEYER
<b>DEM</b>	
JÚLIO CAMPOS	
<b>PDT</b>	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
<b>PTB</b>	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
<b>BLOCO PV, PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	Vago <sup>15</sup>
<b>PSC</b>	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
<b>PC DO B</b>	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
<b>PRB</b>	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
<b>PtdoB</b>	
LUIS TIBÉ	

**Senadores**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)</b>	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM <sup>8</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PCdoB / PRB)</b>	
EDUARDO SUPLEY	ACIR GURGACZ <sup>5</sup>
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES <sup>5</sup>	HUMBERTO COSTA
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)</b>	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS <sup>7</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI <sup>11</sup>	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE <sup>9</sup>	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 11.4.2014)

**Notas:**

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.  
2-- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.  
3-- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.  
4- Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado o seu afastamento, conforme Of. GAB nº 018/2013.  
5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.  
6- Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.  
7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13.09.2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão do Senado Federal de 10.09.2013.  
8-- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.  
9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios. nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.  
10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.º 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.  
11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.  
12- Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.  
13- A Deputada Janete Pietá foi designada para ocupar a vaga de suplente do Partido dos Trabalhadores, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 30.04.2014.  
14- A Deputada Iara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.  
15 – O Deputado Antonio Roberto deixou de ocupar a vaga do PV, devido a sua aposentadoria, publicada no D.O.U em 08.05.2014, conforme Of. nº 802/2014/SGM/P, datado de 28.05.2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)[www.camara.gov.br/mercotel](http://www.camara.gov.br/mercotel)



SENADO FEDERAL  
Secretaria de Editoração e Publicações  
Coordenação de Edições Técnicas

# Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,  
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

**Conheça nossa livraria virtual, acesse:**  
**[www.senado.gov.br/livraria](http://www.senado.gov.br/livraria)**

Edição de hoje: 58 páginas  
(O.S. 12779/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

